

**POVOADORES DE S. PAULO:
CAPITÃO MOR E OUVIDOR JORGE FERREIRA
(Adendas às primeiras gerações*)**

H.V. Castro Coelho

***Resumo:** Antepassados de numerosas famílias de S. Paulo e do Rio de Janeiro tratadas por Pedro Taques, Silva Leme e outros autores. Foi amigo do Padre José de Anchieta e benfeitor das Ordens de Nossa Senhora do Carmo e de S. Bento.*

***Abstract:** Forefathers to several the S. Paulo and Rio de Janeiro families described by Pedro Taques, Silva Leme and others authors. He was friend of José de Anchieta Priest and benefactor of the Nossa Senhora do Carmo and S. Bento Orders.*

§ 1º

- I- JORGE FERREIRA, n. em Portugal por 1504 ou antes, estabeleceu-se na Capitania de S. Vicente cerca de 1542, com provisão de D. Isabel de Gamba, para suceder a Cristóvão de Aguiar de Altero no posto 3º capitão e ouvidor da Capitania do falecido Pero Lopes de Sousa.

Se foi membro da esquadra de Martim Afonso de Sousa, em 1531, voltou para Portugal e retornou a S. Vicente com a mulher e os filhos. Teria casado em Portugal continental ou nas Ilhas, cerca de 1522, com sua mulher, n. por 1506, que ainda estaria viva em 1573.

Recebeu do Donatário Martim Afonso de Sousa uma sesmaria na ilha de Guaibê, onde fez assento em companhia de diversos portugueses. Fundou nessa ilha, por volta de 1545, com os devotos, uma capela sob o orago de Santo Amaro, título que passou a distinguir, antes de 1557, a ilha e também a Capitania do falecido Pero Lopes de Sousa, conforme documento transcrito por Frei Gaspar da Madre de Deus. Até o ano de 1543 permaneceu a ilha de Guaibê como parte da Capitania de S. Vicente, limitada ao norte pela barra da Bertioga. Havia falecido Pero Lopes de Sousa

* As datas calculadas neste artigo estão sempre sujeitas à retificação.

num naufrágio, cerca de 1539, sendo instituída a viúva, D. Isabel de Gamboa, tutora de seus filhos Pedro Lopes de Sousa, 2º Donatário, falecido na infância, e Martim Afonso de Sousa (Sobrinho) 3º Donatário, que faleceu jovem, antes de 1568. O 1º governador da futura Capitania de Santo Amaro, em 1543, foi o Capitão e Ouvidor Gonçalo Afonso, sucedido no ano seguinte por Cristóvão de Aguiar de Altero, cavaleiro fidalgo, e este, em 1545, por Jorge Ferreira. Em 1557, exercia Jorge Ferreira os altos cargos de

“Ouvidor com alçada, e Loco-Tenente de Capitam na Ilha, e Capitania de Santo Amaro, Capitania do Senhor Martim Afonso de Sousa, filho de Pedro Lopes de Sousa, que Deus haja; e outrosy Capitam e Ouvidor com alçada nesta Capitania de S. Vicente por poder do Senhor Governador Geral o Senhor D. Duarte da Costa” (da Madre de Deus, Frei Gaspar. “Memórias para a História....”, p. 162, 164 e 171, 4ª edição, 1953).

Tentou resistir aos tamoios na ilha de Santo Amaro e reconstruiu o forte de S. Filipe, na Bertioga, segundo os autores.

A Jorge Ferreira sucedeu Antônio Rodrigues de Almeida, cavaleiro fidalgo, no posto de capitão mor de Santo Amaro, conforme procuração de D. Isabel de Gamboa, lavrada em Lisboa a 22 de setembro de 1557 (ob. cit., p. 174) servindo de 1558 em diante (“Sesm”, I, 136). Na Capitania de S. Vicente exerceu Jorge Ferreira por dois períodos os cargos de capitão mor e ouvidor: de 1556 a 1558, durante ausência do Capitão Mor Brás Cubas (ACVSA, p. 39) e de 1567 a 1571, após o período do Capitão Mor Pedro Ferraz Barreto.

Em 1560, possuía casas nos arredores de Santos, situadas para os lados de um ribeiro que corria entre os primeiros manguesais (RIHGSP, XLIV, p. 224). Seguiu nesse ano ao Rio de Janeiro, com as tropas de S. Vicente, a pedido do Governador Geral Mem de Sá, por ocasião das guerras contra os invasores da Guanabara, aliados aos tamoios. Em 1565, voltou ao Rio de Janeiro, com a esquadra do Cap. Mor Estácio de Sá, para a continuação das guerras, levando filhos, netos e parentes (que deviam ser todos de maioridade).

Iniciou-se nesse ano a fundação da cidade de S. Sebastião. A 10 de outubro de 1567, concedeu o Governador Geral Mem de Sá ao “povo e moradores” da futura grande cidade extensas áreas de terras: 4.500 braças

em quadra para o rossio e pastos de gado, correndo direito ao longo da costa e 6.000 braças para o sertão e mais 6 léguas de terras em quadra¹.

Retornou Jorge Ferreira a S. Vicente onde serviu de 1567 em diante os cargos de capitão mor e ouvidor, conforme provisão de Martim Afonso de Sousa; a 10 de junho do mesmo ano, em Santos, despachou sesmaria a José Adorno e a 9 de agosto passou carta de demarcação e confirmação das terras de Brás Cubas (RIHGSP, XLIV, 235, 237 e 240). A 7 de janeiro de 1570, doou sesmaria a Rodrigo Álvares, o velho, mestre de navios (C.c. Apolônia Vaz) estabelecido na Capitania há vinte anos (Ordem do Carmo, ANRJ).

Segundo os autores, obteve pelos anos de 1573, com filhos e genros, vastas sesmarias no Rio de Janeiro, situadas nas regiões do Rio Iguaçu e do Cabo Frio.

A 10 de junho de 1585, teria comparecido à junta das vilas de S. Vicente e Santos, convocada pelo Cap. Mor Jerônimo Leitão, para decidir sobre a guerra contra os gentios hostis, carijós e tupis do sul (ACCSP, I, 281)². Transferiu-se o Cap. Mor Jorge Ferreira para o Rio de Janeiro onde, nos anos de 1590 e 1591, beneficiou com doações de grandes áreas de terras as Ordens do Carmo e de S. Bento, segundo as escrituras mencionadas pelos autores. Faleceu em avançada idade, creio em 1591 ou pouco depois (salvo confusão com algum descendente).

Pais de, ao menos:

1 (II)- BELCHIOR FERREIRA, n. em Portugal por 1523, veio para a Capitania com seus pais, provavelmente casado com CATARINA MONTEIRO, n. por 1527 ou antes, que poderia ser irmã ou parenta de seu cunhado Cristóvão Monteiro, estabelecido em S. Vicente em 1537, da governança em Santos e ouvidor do Rio de Janeiro em 1568. Teria falecido por volta de 1552 deixando filhos órfãos, ao menos:

1 (III)- BELCHIOR FERREIRA, n. em S. Vicente por 1544, morador no Rio de Janeiro onde foi qualificado testemunha a 8 de maio de 1627 “com idade superior a oitenta anos” para depor no processo de beatificação do Padre José de

¹ “Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, Extrahida dos livros de Sesmarias e Registros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho. De 1565 a 1796” feita por Monsenhor José Pizarro de Sousa Azevedo e Araújo (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXIII, Parte I, p. 97).

² Por esses anos, mais provável seria um neto quem compareceu à junta. Suas assinaturas impressas (não fac-símiles) parecem indicar diferenças.

Anchieta: - conheceu-o na Capitania de S. Vicente e no Rio de Janeiro, há cerca de setenta e quatro anos, porque ele o criou e doutrinou na Casa dos Jesuítas, em S. Vicente. Foi seu companheiro de visitas e jornadas em Santos, Bertioga, Itanhaém e S. Paulo. Discorreu sobre as virtudes e os milagres do Padre Anchieta (Processo Apostólico do Rio de Janeiro, ano de 1627).

- 2 (III)- (?) CAP. JORGE FERREIRA DORMUNDO, n. em 1546, seria irmão do anterior (o apelido Dormundo ou Drumond provavelmente oriundo da Ilha da Madeira). Depôs na mesma cidade a 17 de maio de 1603, aos cinquenta e sete anos de idade, no processo de beatificação do Padre José de Anchieta: tinha conhecimento do Padre Anchieta há cerca de trinta anos, tanto na Capitania de S. Vicente, onde ele testemunha assistiu por muito tempo com sua casa e família, como no Rio de Janeiro. Servia nesse ano de 1603 o posto de capitão da fortaleza de S. João Batista (Processo Informativo do Rio de Janeiro, anos de 1602 e 1603). Pouco depois de 1620 já havia falecido (Revista da ASBRAP n° 3, p. 10). Em 1619, uma pessoa de nome João Ferreira Dormundo escreveu o testamento de Antônio da Fonseca (INV. E TEST., XXVII, 9) e em janeiro de 1620 serviu o cargo de escrivão da Câmara (ACCSP, II, 421).
- 2 (II)- MARQUESA FERREIRA, n. por 1525, C.c. o OUVIDOR CRISTÓVÃO MONTEIRO – segue.
- 3 (II)- JORGE FERREIRA, n. por 1527, que, segundo os autores, foi morto em 1554 pelo gentio tamoio, em Boissucanga, lugar próximo à Ilha de S. Sebastião. Pelas suas atividades de sertanista, era adulto nesse ano.
- 4 (II)- BALTAZAR FERREIRA, n. por 1529, viveu na Capitania de S. Vicente e teria seguido ao Rio de Janeiro com as tropas dessa Capitania, em 1560.

Depôs seu sobrinho, retro, Belchior Ferreira, no Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1627: sentia muito o Cap. Mor Jorge Ferreira pelo filho Baltazar, mal encaminhado com uma mulher, não podendo por via alguma aparta-lo do mau estado. Pediu ao Padre José de Anchieta, que o fora visitar, repreendesse ao dito seu filho. Respondeu-lhe o padre que pediria a Deus o tirasse do pecado; e dentro daquela semana o dito mancebo se apartou da má ocasião. O que ele testemunha tudo viu e se achou presente e o

teve por milagre, pela dificuldade que havia no dito mancebo em se apartar (Viotti, Padre Hélio Abranches, “Processo Apostólico do Rio de Janeiro, ano de 1627”, para a beatificação do Padre José de Anchieta). O fato mencionado talvez ocorresse pelos anos de 1557, quando Jorge Ferreira exercia os cargos de capitão mor e ouvidor das duas Capitânicas.

Em 1562, uma pessoa de nome Baltazar Ferreira servia o posto de capitão de Ilhéus³ (nome apenas referido, sem elementos que o identifiquem como o filho do Cap. Mor Jorge Ferreira).

- 5 (II)- GREGÓRIO FERREIRA, n. creio em Portugal antes de 1542, teria passado a residir no Rio de Janeiro por 1573. Deve ser a pessoa que obteve, em 1594, por despacho do Governador Salvador Correia de Sá, carta de chãos nessa cidade, onde morava há muitos anos, com mulher, filhos e filhas. Situavam-se esses chãos na várzea de Nossa Senhora, próximos da estrada que seguia para a ponte de Aleixo Manuel e do morro de Santo Antônio onde os padres do Carmo iniciavam a construção de seu mosteiro (“Tombo das Cartas de Sesmarias do Rio de Janeiro, anos de 1594-1595, 1602-1605”).
- 6 (II)- JOANA FERREIRA, creio n. em Portugal e vindo na infância para S. Vicente, C.c. o OUVIDOR TRISTÃO DE OLIVEIRA LOBO. § 2º.
- 7 (II)- FERREIRA, n. por 1543 ou antes, teria casado por 1559 com GONÇALO CAMACHO (título Camachos).

- II- MARQUESA FERREIRA, n. em Portugal por 1525, C. por 1542 c. CRISTÓVÃO MONTEIRO, n. por 1515, vindo para S. Vicente cerca de 1537, conforme declarou na petição ao Cap. Mor Pedro Ferraz Barreto, em 1567, para obter sesmaria no Rio de Janeiro, em Guaratiba. Exerceu em Santos o cargo de juiz ordinário em 1554 (RIHGSP, XLIV, 235) e teve provisão de almoxarife da Fazenda Real, por despacho do Governador Geral D. Duarte da Costa, a 8 de janeiro de 1556 (ACVSA, p. 34). Possuiu terras em Santos onde um outeiro trazia seu nome como referência, segundo o auto de demarcação do rossião da vila, em 1560 (RIHGSP, XLIV, 223). Por ocasião das guerras contra os invasores da Guanabara, seguiu ao Rio Janeiro, em 1560 e 1565, com as tropas de S. Vicente.

Obteve no termo dessa cidade ao menos as seguintes sesmarias: em 1565, 1.500 x 3.000 braças pela terra adentro em Pernaguá, no rio Iguassu; no mesmo ano, com José Adorno, 300 por 600 braças dos lados da Cario-

³ Leite, Padre Serafim, S.J., “Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil”, vol. III, 1954, edição do 4º Centenário da cidade de S. Paulo.

ca, em 1567, 1.500 x 600 braças, em Guavaçu, e 1.500 por 3.000 braças para o sertão da Gávea (Mons. Pizarro, RIHGB, tomo LXIII, parte I, p. 93, 94, 97 e 98).

Justificando os serviços prestados na Capitania, para onde veio cerca de 1537, e sua condição de casado, com filhos e netos, recebeu mais uma vasta sesmaria no vale do rio Guandú, em Guaratiba, conforme a carta de data despachada, a 30 de dezembro de 1567, pelo Cap. Mor de S. Vicente Pedro Ferraz Barreto (Belchior, Elysio de Oliveira, “Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro”, ano de 1965).

A 9 de março de 1568, foi nomeado ouvidor do Rio de Janeiro pelo Governador Geral Mem de Sá, permanecendo no cargo até 1572. Nesse ano elegeu-se vereador, com Diogo de Braga, com os juizes ordinários João de Oliveira e Heliodoro Ébanos e o procurador do concelho Simão Barriça. Na Câmara de Santos havia servido em 1562 o cargo de vereador, com Brás Cubas, com o juiz ordinário Jácome Dória e o procurador do concelho Antônio Pinto (ob. cit., 163, 326 e 368). Faleceu por 1576 e deixou entre os bens: casa assobradada na Carioca, uma fazenda denominada Santa Cruz, as sesmarias de Guaratiba e Iguacu e roças.

Faleceu Marquesa Ferreira cerca de 1589, com testamento, em que fez um importante legado dispondo o seguinte:

“deixo de esmola aos Padres da Companhia de Jesus a metade das terras que tenho em Guaratiba assim e da maneira ... (como)... eu as tenho para que me encomendem a minha alma e a de meu marido a Nosso Senhor. Declaro que tenho em Guaratiba oito léguas de terras de sesmaria ... (de que pago)... dizimo a Deus das quais deixo aos padres de Jesus a metade partidas irramente. Outrossim tenho em Iguacu duas léguas de terras nas quais tenho fazenda e roças, pomares e casas de telha”⁴.

Foi seu testamento aprovado no Rio de Janeiro a de 1589 (?) por Gonçalo de Aguiar, tabelião do público, e assinado pelas testemunhas Estevão de Araújo e Jerônimo Pedroso (?).

Pais de, naturais de S. Vicente:

⁴ A requerimento do Padre Marcos da Costa, reitor do Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, verba testamentária dada por certidão na vila de S. Paulo, a 1º de junho de 1612, por Francisco da Costa, escrivão do eclesiástico, em cumprimento a um despacho do Administrador, no dia 30 antecedente, e concertada pelo dito escrivão e pelo tabelião da mencionada vila Simão Borges (Códices, ANRJ).

- 1 (III)- SENHORA CATARINA MONTEIRO (DE AGUILAR) C.c. o CAP. JOSÉ ADORNO – segue.
- 2 (III)- ELISEU MONTEIRO, n. cerca de 1545, residiu na cidade do Rio de Janeiro onde recebeu em conjunto com seus irmãos Cristóvão e Antônio, em 1568, sesmaria de 2.000 braças na Carioca, partindo com a data de seu pai. Em 1578, obteve mais 1.500 braças em quadra, pelo rio Guapibariba, em Iguaçú, conforme escreveu Monsenhor Pizarro.
- Teria seguido, com as tropas de S. Vicente, ao Rio de Janeiro, por ocasião das guerras, em 1565.
- 3 (III)- CRISTÓVÃO ZUZARTE, n. por 1547, foi sesmeiro com seus irmãos, em 1568. Creio que seguiu para o Rio de Janeiro pouco depois das guerras.
- 4 (III)- ANTÔNIO MONTEIRO, n. por 1549.

III- SENHORA CATARINA MONTEIRO DE AGUILAR, n. por 1543, C. em S. Vicente por 1559 c. o CAP. JOSÉ ADORNO, n. por 1518, que se estabeleceu na Capitania, por volta de 1538, com alguns parentes e um grupo de genoveses, provavelmente vindos da Ilha da Madeira.

Fundou José Adorno na Ilha de S. Vicente, antes de 1548, o engenho de S. João, do qual participavam como sócios, em 1567, os portugueses Antão Nunes, Jácome Lopes, Francisco Anes e Cristóvão Dinis (NPHG, II, 81).

Em 1560, morava em seu engenho quando exerceu o cargo de provedor da Misericórdia, em Santos, (BNRJ – Anais, XXV, p. 215, ano de 1904). Seguiu às guerras do Rio de Janeiro em 1565 e 1575. Foi homem muito devoto e amigo dos padres jesuítas e carmelitas. Reconstruiu a capela de Santo Amaro, instituída pelo Cap. Mor Jorge Ferreira e, por volta de 1562, nas terras de seu engenho, em Santos, erigiu uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Graça.

Em 1563, durante os episódios da “confederação dos tamoios”, participou com risco de vida do armistício de Iperoig, servindo como mediador e capitão da pequena frota que conduziu os Padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, os portugueses Rui Dias Machado, Antônio Luís e outras pessoas, à principal aldeia dos tamoios revoltosos, em Ubatuba⁵.

⁵ Orientados pelos invasores da Guanabara, pretendiam os tamoios uma coligação, desde Cabo Frio até Bertioga, com os tupis das regiões vizinhas, contra os povoadores portugueses.

Com o auxílio dessas pessoas e das autoridades de S. Vicente, Santos e S. Paulo, conseguiu o Beato Padre José de Anchieta estabelecer a paz com a maior parte das tribos hostis.

Recebeu o Cap. José Adorno dos governadores, pelos serviços prestados em S. Vicente e no Rio de Janeiro, ao menos as seguintes sesmarias: em 1565, em comum com Cristóvão Monteiro, 300 x 600 braças na região da Carioca e, no mesmo ano, 3.000 x 4.500 braças em direção a Cabo Frio (Pizarro, Monsenhor, “Relação das Sesmarias”, p. 93 e 94); em 1567, meia légua nos campos de S. Paulo, em “Birapuera”, por despacho do Cap. Jorge Ferreira (RIHGSP, XLIV, 238 e 240); em 1568, com Diogo Rodrigues, ... léguas de terras entre Bertioga e S. Sebastião, nas regiões de Boiassucanga, Toque Toque, Guaratyba etc., sendo parte dessa sesmaria transferida a seus sobrinhos João Batista Adorno e Rafael Adorno, filhos de Manuel Fernandes⁶; e em sesmaria de três léguas, pelo rio Moig... ucang até Camb..., da qual meia légua pertencia a Diogo Ramires, em 1609 (“Sesm.”, I, 18, 45, 61, 133, 138 e 140).

A 24 de abril de 1589, em Santos, o Senhor José Adorno e a Senhora sua mulher Catarina Monteiro doaram à Ordem do Carmo, por escritura do Tabelião Atanásio da Mota, a Capela de Nossa Senhora da Graça com todo seu patrimônio, compreendendo as terras, escravos, escrituras de obrigação e alfaias. Seria construído nesse local o Convento e a Capela de Nossa Senhora do Carmo.

Dispuseram na escritura os encargos de quatro missas a celebrarem cada ano, nas festividades do Nascimento, Purificação, Anunciação e Assunção da Senhora, aplicadas por alma dos doadores, e de uma solene missa cantada com suas vésperas no dia da Senhora do Carmo, por intenção dos padres da Ordem e dos doadores, todos com direito a jazigo próprio na Capela.

Aceita a doação por Frei Pedro Viana, Vigário e Comissário da Ordem no Brasil, e aprovados os encargos, iniciou-se a construção do Convento.

Doaram mais José Adorno e sua mulher à Ordem do Carmo meia légua de terras que possuíam em “Birapuera”, nos campos de S. Paulo, conforme a carta de sesmaria expedida, em 1567, pelo Cap. Mor Jorge Ferreira.

⁶ Manuel Fernandes veio para a Capitania em 1563 e C.c. uma sobrinha do Cap. José Adorno; teve, além dos mencionados, os filhos José Adorno e Diogo Adorno (“Sesm.”, I, 44 e 47).

A 7 de junho de 1603, na vila de Santos, em casas do Vigário Geral da Capitania, Padre Jorge Rodrigues, confirmou José Adorno, por escritura do tabelião Antônio de Siqueira, a doação da Capela da Graça à Ordem do Carmo, com ratificação do superior da Ordem nessa vila, Frei Antônio Carrasco, presentes ao ato o Padre Frei Tomé Ferreira e o Irmão Frei Antônio de Santa Maria. Foram testemunhas da escritura o Cap. Mor Roque Barreto, Tristão de Oliveira e Jorge Correia e do registro as mesmas pessoas com Pedro Cubas (Ordem do Carmo, RIHGSP, XLIV, 237, 238 e 240).

Faleceu o Cap. José Adorno com testamento, em Santos, por volta de 1605. Sua mulher havia falecido cerca de 1590, segundo os autores.

Pais de, ao menos:

- 1 (IV)- JOÃO ANTÔNIO ADORNO, n. por 1560, mencionado pelos autores.
 - 2 (IV)-, n. por 1562, C. por 1578 c. JOHN WHITHALL, natural da Inglaterra, sócio do engenho de S. João, segundo os autores.
 - 3 (IV)-, que segue.
- IV- n. por 1564, C. por 1580 c. JERÔNIMO DE ORTEGA (“Sesm.”, I, 140) uma das pessoas que possuíram chãos na vila de Santos, adquiridos antes de 1630 (?) pela Santa Casa de Misericórdia do último proprietário. Esses chãos haviam pertencido a várias pessoas: José Adorno, Diogo Ramires, Fernão Gomes, Jerônimo de Ortega e Diogo Catanho Torres (nota 1ª) todos mencionados, em 1662, num processo de justificação sobre as divisas das terras da Ordem do Carmo, em Santos, envolvendo a Santa Casa, a Câmara etc (RIHGSP, XLIV, 277). Pais de, ao menos:
- V- JOSÉ ADORNO, n. por 1585. C.c. (ACMSP). Pais de, ao menos:
- VI- DOMINGOS ORTEGAS, n. por 1610, C. cerca de 1645 c. CATARINA TENÓRIO, com geração.

§ 2º

- II- JOANA FERREIRA (fª de Jorge Ferreira, do §1º, n. I), n. em Portugal antes de 1542 ou em Santos por essa data, C. cerca de 1556 c. TRISTÃO DE OLIVEIRA LOBO, n. em Beja, Portugal, por 1525, fº do Cap. Mor e Ouvidor Antônio de Oliveira.

Exerceu Tristão de Oliveira o cargo de ouvidor da Capitania de S. Vicente nos anos de 1576 a 1578 e pertenceu à governança eleita de Santos (ACCSP, I, 91, 133 e 281). Passou a residir por 1594 em S. Paulo onde registrou marca de gado (RGCSF, I, 71). Eleito vereador em 1599, obteve dispensa do cargo no mês de maio, por motivo de indisposição e velhice, sendo substituído por Gaspar Conqueiro (ACCSP, II, 58).

Em 1603, em Santos, foi uma das testemunhas da escritura pela qual confirmou José Adorno a doação da capela de Nossa Senhora da Graça à Ordem do Carmo. Nesse ano era chamado Tristão de Oliveira, o velho (INV. E TEST., III, 453). Pais de, ao menos:

- 1 (III)- MATIAS DE OLIVEIRA LOBO C.c. ISABEL DA CUNHA, irmã de Henrique da Cunha Gago, n. em 1560, de João Gago da Cunha⁷, n. em 1572, e outros – segue.
- 2 (III)- MANUEL FERREIRA LOBO, mencionado pelos autores.
- 3 (III)- TRISTÃO DE OLIVEIRA LOBO, n. por 1562.
- 4 (III)- CLARA DE OLIVEIRA LOBO, n. por 1564, C.c. o CAP. MANUEL ANTUNES, lugar tenente do 3º donatário de S. Vicente Sr. Lopo de Sousa - § 6º.
- 5 (III)- LUCRÉCIA DE OLIVEIRA LOBO C.c. ANTÔNIO GONÇALVES, moradores no Rio de Janeiro.
- 6 (III)- MARIA DE OLIVEIRA LOBO, n. por 1570, C.c. BELCHIOR RODRIGUES GÓIS. Pais de, entre outros:
 - 1 (IV)- GASPAS DE OLIVEIRA SANDE, n. por 1600, C. em S. Paulo a de junho de 1643 c. MARIA MORZILLO, n. por 1610, viúva de Sebastião Gonçalves, fª de João Morzillo, natural de Portugal, e de s/m. Catarina Álvares, irmã do Cap. Simão Álvares Martins, chefe bandeirante e pessoa da governança, juiz ordinário em S. Paulo em 1627.
- 7 (III)- FERREIRA LOBO (filho/a ou neto/a) n. por 1580 ou depois, C.c. Pais de:
 - 1 (IV)- JOANA FERREIRA LOBO, n. por 1615, cristã velha pelos quatro costados, filha de pais nobres e do governo destas partes. Casou-se com o CAP. SEBASTIÃO PEREIRA DE ABREU - § 9º.

⁷ Depôs João Gago da Cunha nos processos de beatificação do Padre José de Anchieta, em 1622 e 1627. Aos sete anos de idade, foi salvo pelo Beato, quando lhe retirou um anzol de dentro da garganta, e relata as curas da sogra Filipa Vicente, mulher de João do Prado, e do genro João da Veiga (Revista da ASBRAP nº 3, p. 23 e 33).

- III- MATIAS DE OLIVEIRA LOBO, n. em 1557, C. em S. Vicente por 1583 c. ISABEL DA CUNHA, n. por 1567, fª de Henrique da Cunha (juiz ordinário em S. Paulo em 1576) e de s/m. Filipa Gago. Na vila de S. Paulo, entre os anos de 1588 e 1616, serviu diversas vezes em juízo como procurador de seus parentes de Santos e outros lugares da Capitania. A 13 de dezembro de 1598, em reunião da Câmara, compareceu como um dos “homens do governo da terra”, juntamente com Jorge Moreira, Garcia Rodrigues, Fernão Dias, Baltazar de Godoy, João Maciel, Domingos Luís e Antônio de Proença. Exerceu em S. Paulo os cargos de almotacel em 1589 e 1603, juiz ordinário em 1595 e 1610, e figurou na pauta para vereador e juiz ordinário em 1602 e 1615 (ACCSP, I, 361 e 497; II, 33, 49, 110, 117 e 253). Em 1594, registrou marca de gado (RGCSP, I, 71).

Em 1623, nessa vila, entre os dias 31 de janeiro e 7 de março, prestou depoimento, com oito testemunhas, no “Instrumento de Abonação”, requerido em juízo pelo procurador da Coroa Cap. Vasco da Mota e seus irmãos ao Rei D. Filipe III. Iniciou-se o processo do “Instrumento”, conforme as petições despachadas pelo juiz ordinário de S. Paulo, Cap. Diogo Moreira, e pelo Ouvidor Geral Simão Álvares e la Peña⁸; foram depoentes, jurados nos autos das inquirições: Matias de Oliveira Lobo, Gaspar Cubas, Gaspar da Costa, Diogo Ramires, Gonçalo Madeira, João Soares, Baltazar Gonçalves, o velho, Francisco Nunes Cubas e Simão Borges de Cerqueira, todos declarados “pessoas antigas, nobres e qualificadas fidedignas”⁹.

Em 1627, com dezoito pessoas, depôs no “Processo Informativo de S. Paulo”, para a beatificação do Padre José de Anchieta: desde os doze anos de idade até cerca de trinta e três anos, assim na vila de S. Vicente como em Santos e S. Paulo, teve trato de amizade com o Padre José de Anchieta, de quem presenciou dois fatos sobrenaturais (Revista da ASBRAP nº 3, p. 30).

Faleceu Isabel da Cunha com testamento e foi inventariada em 1616. Determinou ser sepultada na igreja de Nossa Senhora do Carmo, como irmã da Ordem, e dispôs por sua alma missa de três lições, rezada

⁸ Licenciado Simão Álvares de la Peña, Ouvidor Geral com alçada, Provedor Mor das fazendas dos defuntos e ausentes, órfãos, resíduos e capelas, Juiz das Justificações, Auditor General do Exército de Pernambuco e de toda a Repartição do Distrito do Sul Etc.

⁹ “Sentença dos Capitães Vasco da Mota, Calisto da Mota e seus irmãos” dada pelo rei D. Filipe III, que a mandou a S. Paulo pelo Ouvidor Geral Simão Álvares de la Peña, aos 15 de fevereiro de 1640 (com traslado, em 1713, no Processo de Genere et Moribus de Lopo Rodrigues Ulhoa, neto paterno de Simão Ribeiro Castanho e de s/m. Luisa de Gusmão, esta descendente de uma irmã do Cap. Mor Vasco da Mota, governador da Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, em 1636-1639).

nessa igreja, e dezesseis missas que seriam celebradas pelo Padre Vigário João Pimentel: cinco em honra das Cinco Chagas de Cristo, nove à Nossa Senhora da Encarnação, duas a S. Miguel e a Santa Isabel.

Avaliaram-se entre os bens do casal: casa de taipa de pilão e telha, na vila, sítio com casas de telha, roças de mantimentos, criações etc. Declarou o viúvo duas sesmarias, de meia légua de testada, situadas em “Jaquhi” e na Angra dos Reis, e dez administrados do gentio (INV. E TEST., IV, 309).

Faleceu Matias de Oliveira com testamento, em 1628, casado com a segunda mulher Ana de Freitas, de quem não teve geração¹⁰.

Seria enterrado no Mosteiro de Nossa Senhora do Carmo, na sepultura que possuía por carta. Dispôs por sua alma um ofício de nove lições, no Mosteiro, e outro ofício rezado pelo padre vigário, missas a S. Miguel e a S. Matias. Fez deixas às confrarias de Nossa Senhora do Rosário, do Santíssimo Sacramento, da Misericórdia de S. Paulo; foram pagos anuais às confrarias de Santa Luzia e de Santo Antônio.

Avaliaram-se entre os bens: casa na vila, sítio com casas de telha de três lances, casa de telha da gente forra, criações, plantações etc; arrolaram-se trinta e oito administrados do gentio. Devia o monte a Paulo da Costa o feíto de trinta e sete modalidades de vestuários masculinos e femininos (INV. E TEST., IV, 309 e VI, 267). Justificaram os herdeiros Pascoal Delgado e Manuel Francisco Pinto a condição de nobreza do sogro, numa questão de legitimidade de heranças, com documentos apresentados aos juizes Jerônimo de Brito e Paulo da Silva. Este último, em despacho a 17 de março de 1629, determinou vistoria às partes¹¹. Pais de:

¹⁰ Era Matias de Oliveira cunhado de Manuel Antunes (INV. E TEST., IV, 320); de Belchior da Veiga (ACCSP, II, 258) C.c. Estácia Antunes, irmã de Manuel Antunes; e de José de Paris C.c. Maria da Cunha (S.L., 5º, p. 3) irmã de sua mulher Isabel da Cunha (INV. E TEST., V, 219). O parentesco com Calisto da Mota, declarado na Câmara em 1623 (ACCSP, III, 18) viria pelo sobrinho Cap. Bartolomeu Antunes Lobo, C.c. Maria da Costa, irmã do mencionado Calisto da Mota (governador da Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, em 1639) do Cap. Mor Vasco da Mota e outros. Diversos parentescos, que aparecem referidos nos documentos, devem ser, geralmente, por afinidade, através dos sobrinhos cunhados ou concunhados, descendentes dos povoadores da Capitania.

¹¹ Não confirmam as “Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil” a existência de parentesco entre João Ramalho e o Cap. Mor Jorge Ferreira. O irmão José de Anchieta, em carta a Santo Inácio de Loyola, em 1554, refere-se à tentativa mal sucedida do Padre Manuel de Paiva, S.J., português, que se valeu muito de um laço de sangue bem chegado com João Ramalho, em Portugal, julgando que poderia conseguir alguma cousa em favor do mesmo homem e seus filhos, afastando-os da má vida que levavam e os filhos da prática dos pio-

- 1 (IV)- HENRIQUE DA CUNHA LOBO C.c. AGOSTINHA RODRIGUES, fª do Cap. Antônio Rodrigues Velho e de s/m. Joana de Castilho (S.L., VIII, 493).
- 2 (IV)- JULIANA DE OLIVEIRA C.c. MANUEL FRANCISCO PINTO, natural de Guimarães, fº de Baltazar Francisco Pinto e de s/m. Maria Gonçalves de Freitas (S.L., VIII, 495). Depôs Manuel Francisco no Processo Informativo de S. Paulo, do ano de 1627, para a beatificação do Padre José de Anchieta (Revista da ASBRAP nº 3, p. 12).
- 3 (IV)- FILIPA GAGO C.c. PASCOAL DELGADO, o velho, e foram moradores na vila de Parnaíba – segue.

IV- FILIPA GAGO, n. por 1584, C. por 1600 c. PASCOAL DELGADO, n. por 1575, morador na vila de S. Paulo onde obteve da Câmara, a 3 de março de 1618, em requerimento conjunto com Manuel Homem da Costa, carta de vinte braças de chãos em quadra, para casas e quintais, no caminho de Ibirapuera, na travessa demarcada pelo oitão de João de Oliveira, para a banda do ribeiro “Anhangabahi”. No mesmo dia, o Padre Manuel Vaz e Paulo da Silva obtiveram cinquenta braças de terras nos limites dos mesmos chãos (Cartas de Datas, II, 51 e 53).

res atos gentílicos (sujeitos às penas da Santa Inquisição). Vêm esses fatos e outros tratados nas referidas “cartas”, entre as quais:

- 1- Carta do Irmão Diogo Jácome, de S. Vicente, junho de 1551, aos Padres e Irmãos de Coimbra.
 - 2- Carta do Irmão Pero Correia, de S. Vicente, 10 de março de 1553, ao Padre Simão Rodrigues, em Lisboa.
 - 3- Carta do Padre Manuel da Nóbrega, de S. Vicente, 15 de junho de 1553, ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, em Lisboa.
 - 4- Carta do Irmão José de Anchieta, de S. Paulo, 1º de setembro de 1554, a Santo Inácio de Loyola, em Roma.
 - 5- Carta do Irmão José de Anchieta, de S. Vicente, fim de março de 1555, a Santo Inácio de Loyola, em Roma.
- (Leite, Padre Serafim, S.J., “Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil”, vols. I, II e III; S. Paulo, 1954. Comissão do 4º Centenário da cidade de S. Paulo; Viotti, Padre Hélio Abranches, S.J., “Cartas do Padre José de Anchieta, S.J., Introdução, tradução e notas, S. Paulo, 1954: Edições Loyola.

Segundo os autores, seguiu Pascoal Delgado, em 1607, na bandeira do Cap. Belchior Dias Carneiro ao sertão dos bilreiros (ou caiapós) em Mato Grosso (INV. e TEST., II, 157).

Ainda morava em S. Paulo, em 1624, e administrava, com Sebastião Fernandes Correia, a confraria de Nossa Senhora do Rosário (INV. E TEST., VI, 135). Passou a residir pouco depois em Parnaíba onde, a 8 de fevereiro de 1628, foi nomeado pelo juiz ordinário, João Fernandes, procurador de Marina de Chaves (fª de Domingos Dias e de s/m. Clara Dinis) viúva de Manuel Pinto de Suniga, falecido com testamento em 1627 (INV. E TEST., VI, 331 e 350).

Faleceu Pascoal Delgado nessa vila e foi inventariado em 1638 (inventário e testamento no rol dos danificados). Sua mulher faleceu na paragem de Ibituruna, com testamento, aberto em Parnaíba a 11 de setembro de 1665. Dispôs cerca de trinta missas: ao Santíssimo Sacramento, a Nossa Senhora das Candeias e Nossa Senhora do Rosário, pelas almas do marido, dos filhos, dos administrados falecidos em sua casa, pelas almas do purgatório, e outras. Foram declarados nove administrados do gentio (DAESP).

Pais de (S.L., VIII, 516/521):

- 1 (V)- PASCOAL DELGADO LOBO, n. creio pouco depois de 1600, C.c. ANA DA COSTA, fª do Cap. Domingos Fernandes, natural de S. Paulo (fundador da primeira capela da vila de Itú) e de s/m. Ana da Costa (S.L., VII, p. 247).

Faleceu sem testamento e foi inventariado em Parnaíba em 1650; sua mulher lhe sobreviveu. No inventário, entre os bens, declararam-se meia légua de terras e um rol de cinqüenta e um administrados (INV. E TEST., XL, p. 141). Era Pascoal Delgado Lobo sobrinho de Antônia Dias, falecida em Parnaíba em 1646, viúva de Pedro Colaço (nota 2º).

Deixou duas filhas: Filipa Gago da Costa, casada, e Isabel Delgado, em menoridade.

- 2 (V)- GOMES FREIRE DE OLIVEIRA C. em Parnaíba c. LUZIA LEME BICUDO – segue.
- 3 (V)- ISABEL DA CUNHA, n. creio antes de 1610, C.c. o CAP. MARTIM DA COSTA, fª de Pedro Colaço e de s/m. Antônia Dias.

Faleceu com testamento, aberto a 5 de novembro de 1650, e foi inventariada em Parnaíba. Seria enterrada no jazigo de seu pai, na ermida do Embaré, rezando-se missa de corpo presente, com seu responso, e sob invocação da Santíssima Trindade, da Virgem e dos Santos, dispôs vinte e sete missas. Arrolou o viúvo

no inventário trinta e seis administrados do gentio (INV. E TEST., XL, p. 159). Faleceu o Cap. Martim da Costa na mesma vila, com testamento, aberto a 4 de agosto de 1654 (inventário com partes danificadas); assinou – Martym da Costa – no inventário da mulher.

Tiveram duas filhas e um filho, tratados por Silva Leme.

- 4 (V)- MARIA DE OLIVEIRA, n. creio antes de 1610, C.c. BALTAZAR DA COSTA COLAÇO (v. nota 2º) testamenteiro da sogra.

Faleceu em Parnaíba com testamento e foi inventariada em 1674. Fez disposições pias e determinou o sepultamento na igreja de Nossa Senhora da Candelária, no jazigo de sua mãe. Seu marido faleceu em 1681, segundo Silva Leme (8º, 517/520).

Tiveram oito filhos, sendo vivos quatro, em 1674; entre os falecidos, Domingos Dias Delgado, pai da herdeira órfã Isabel, e Baltazar da Costa C.c. Ana Antunes, com quatro filhos, entre os quais Custódio de Chaves (uma das testemunhas do testamento de seu parente afim Filipe Reque, filho de Alberto Reque e de s/m. Ana Decin, em 1681).

- 5 (V)- FILIPA GAGO, já falecida em 1665.

- 6 (V)- DOMINGOS DIAS DELGADO, já falecido em 1665.

- V- GOMES FREIRE DE OLIVEIRA, n. por 1610, C. em Parnaíba com Luzia Leme Bicudo, n. por 1627, fª do Cap. Brás Esteves Leme de s/m. Margarida Bicudo de Brito.

Faleceu em Parnaíba com testamento, aberto a 2 de agosto de 1649, e foi inventariado no ano seguinte (inventário danificado).

Sua mulher teria falecido nessa vila ou em Guaratinguetá (seu nome é Luzia Leme Bicudo, por engano declarado Maria no processo de justificação matrimonial de seu bisneto Nicolau Soares de Louzada, em 1735 - ACMSP).

Pais de, ao menos:

- 1 (VI)- MARIA DOS REIS FREIRE, n. por 1642, C.c. o CAP. LOURENÇO VELHO CABRAL – segue.

- 2 (VI)- FILIPA GAGO LEME, n. por 1647, C.c. DOMINGOS MARTINS DO PRADO - § 4º.

- VI- MARIA DOS REIS FREIRE, n. em Parnaíba por 1642, C. cerca de 1658 em Guaratinguetá (?) c. o CAP. LOURENÇO VELHO CABRAL, n. em Mogi das Cruzes, conforme escreveu Silva Leme (7º, p. 395).

A 12 de dezembro de 1662, na vila de Santo Antônio de “Goratingueta”, permutou as terras herdadas em Taubaté por morte de seu pai, Cap. Manuel da Costa Cabral, em 1659, com umas terras medindo trezentas braças de testada e uma légua de sertão, pertencentes a sua cunhada Ana da Silva Leme, viúva do Cap. Domingos Velho Cabral. Nesse ano já possuía um sítio em Guaratinguetá, nas divisas dessas terras (DAESP). O Cap. Lourenço Velho Cabral e sua mulher faleceram em datas não conhecidas.

Pais de, mencionados por Silva Leme:

- 1 (VII)- JOÃO DOS REIS CABRAL, n. em 1659, depôs como testemunha no processo de casamento de Brás Esteves Rego com Filipa Leme, em 1699, sendo parente por consangüinidade em 3º grau do contraente (ACMSP). Casou-se com MARIA ANTUNES (S.L., VII, 395).
- 2 (VII)- JOSÉ CABRAL DA SILVA, n. em 1668, falecido solteiro em Guaratinguetá em 1740.
- 3 (VII)- SARGENTO MOR LOURENÇO VELHO CABRAL, n. em 1661 (ACMSP) C.c. MARIANA DE CAMARGO. Em 1709, foi juiz ordinário em Guaratinguetá (referido em “Escrituras de Taubaté” – AHMFG). Teve patente de sargento mor, conforme provisão do Cap. Gen. D. Pedro de Almeida (DAESP).

Entre seus filhos, o PADRE JOÃO VELHO CABRAL, vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão pelos anos de 1740.

- 4 (VII)- MARIA VELHO CABRAL C.c. LUÍS DA SILVA PINHEIRO, natural de Portugal – segue.
- 5 (VII)- FILIPA DOS REIS CABRAL, falecida em Guaratinguetá em 1745 (ACMSP, “Inéditos de Silva Leme”).
- 6 (VII)- MARGARIDA DA ASSUNÇÃO CABRAL, n. por 1675, C. por 1695 c. JOÃO SOARES DE LOUZADA, n. por 1670, creio filho do Cap. Nicolau Soares de Louzada, juiz ordinário em Guaratinguetá em 1663 (INV. E TEST., XLIII, 279) e de s/m. Joana Vieira. Seria irmão ou parente próximo do Sargento Mor Filipe Soares de Louzada, n. em Guaratinguetá, casado três vezes, pai do Padre Mestre Francisco Soares do Amaral, habilitado de genere em 1737. Foram moradores na freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Guaipacaré e tiveram seis filhos (ACMSP).

VII- MARIA VELHO CABRAL, n. por 1677, C.c. LUÍS DA SILVA PINHEIRO, natural de Portugal, juiz ordinário em Guaratinguetá em 1690 (INV. E TEST., XXIII, 9). Possuíram sítio e terras nessa vila, onde faleceu Maria Velho, viúva, em 1745. Foram uma das principais casas de Guaratinguetá (DAESP – Provisões). Tiveram, ao menos:

1 (VIII)- FILIPA DA SILVA CABRAL C.c. o ALFERES JOÃO DA COSTA FIALHO – segue.

2 (VIII)- ANTÔNIA DA SILVA CABRAL C.c. o CAP. MOR DOMINGOS ANTUNES FIALHO - § 3º.

3 (VIII)- ROSA DA SILVA.

VIII- FILIPA DA SILVA CABRAL, n. por 1705, C. por 1730 c. o ALFERES JOÃO DA COSTA FIALHO, n. em 1710 na freguesia de Nossa Senhora da Assunção, da vila de Pedrógão, bispado de Coimbra. Serviu o cargo de juiz ordinário em Guaratinguetá em 1751 e 1756 (DAESP). Era sobrinho do Cap. Mor Domingos Antunes Fialho e do Cap. Manuel Antunes Fialho, n. em 1673 em Coimbra, na freguesia de Nossa Senhora da Assumpção, habilitado familiar do Santo Ofício pelo Tribunal de Lisboa, em 1721, e juiz ordinário em Guaratinguetá em 1730 (Arquivo Judiciário).

Faleceu Filipa da Silva nessa vila a 26 de maio de 1772, com todos sacramentos. Seu marido faleceu em data posterior (Arquivo Eclesiástico). Pais de, ao menos:

IX- MARIA FIALHO DA SILVA, bat. em Guaratinguetá a 19 de fevereiro de 1736, C. a 20 de junho de 1753 c. ANDRÉ VILELA DE CERQUEIRA, natural da freguesia de Santa Maria da Palmeira, arcebispado de Braga, filho de Custódio Vilela e de s/m. Felícia de Cerqueira. Era irmão do Padre Manuel Antônio de Cerqueira e de Domingos Vilela, naturais da mesma freguesia, este último, morador em S. João del El Rei, Minas Gerais, casado com Maria Clara do Espírito Santo, filha de Diogo Garcia e de s/m. Júlia Maria da Caridade, naturais dos Açores, com geração em Minas Gerais¹². São os pais de:

X- CUSTÓDIO VILELA PALMEIRA, bat. em Guaratinguetá a 27 de setembro de 1767, habilitado de genere em S. Paulo em 1807. Era primo de Ana Vilela

¹² Guimarães, Dr. José. “As Três Ilhoas”, 2º vol., 1ª parte, p. 199; a obra póstuma, em três grandes volumes, publicadas sob a direção do historiador e genealogista Roberto Vasconcelos Martins, a 17 de maio de 1990.

C.c. DOMINGOS VIEIRA, habilitados em Portugal pelo Tribunal do Santo Ofício (ACMSP).

§ 3º

VIII- ANTÔNIA DA SILVA CABRAL (fª de Maria Velho Cabral, do §2º, n. VII), n. por 1693, C. por 1709 c. o CAP. MOR DOMINGOS ANTUNES FIALHO, n. cerca de 1665 na vila de Pedrógão, bispado de Coimbra, fº de Manuel Antunes (n. em 1641) e de s/m. Maria Fialho (n. em 1640) esta sobrinha de Manuel Fialho, habilitado familiar do Santo Ofício, conforme a provisão dada em Lisboa a 2 de julho de 1661 (processo consultado pelo Dr. Marcelo Meira Amaral Bogaciovas no ANTT).

Iniciou Domingos Antunes sua vida como empregado de um clérigo na cidade de Coimbra. Teria, por esses anos, adquirido elevados conhecimentos.

Vindo para o Brasil, internou-se nas “Minas do Rio de Janeiro”, sendo bem sucedido nas lavras de ouro.

Por volta de 1703, se estabeleceu na vila de Guaratinguetá, onde passou a servir na governança, sendo eleito juiz ordinário em 1710 (DAESP - Ofícios). Nomeado capitão de ordenanças pela Câmara e com patente expedida pelo Cap. Gen. D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, dirigiu-se algumas vezes à Capitania do Rio de Janeiro, com tropa paga à sua custa, em socorro às vilas de Parati e Ilha Grande (Angra dos Reis) durante as invasões estrangeiras, que por esses anos ocorriam (DAESP – Ordenanças). Em 1717, teve patente de sargento mor, concedida pelo Cap. Gen. D. Brás Baltazar da Silveira, sendo pouco tempo depois nomeado pelo Cap. Gen. D. Pedro Miguel de Almeida, Conde de Assumar e conde de Sarzedas, para o posto de capitão mor da vila de Guaratinguetá, posto confirmado nos anos seguintes pelo Cap. Gen. D. Rodrigo César de Menezes e pelo Rei D. João V, conforme a patente despachada em Lisboa a 10 de novembro de 1725 – “por ter servido mais de vinte anos ocupando os cargos mais nobres da república”. A 30 de agosto de 1728, recebeu patente de coronel, por despacho do Cap. Gen. D. Antônio da Silva Caldeira Pimentel, confirmada pelo Cap. Gen. Antônio Luís de Távora, conde de Sarzedas, a 17 de dezembro de 1732, e pelo Cap. Gen. D. Luís Mascarenhas, a 25 de fevereiro de 1739 (DAESP – Patentes).

Em 1725, associou-se com três pessoas de posses, o Sargento Mor Domingos Rodrigues de Carvalho, Cap. Antônio da Silva e Antônio Ribeiro de Matos para a abertura de um caminho entre a freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Guaipacaré e o rio Pirahy, na Capitania do Rio de Janeiro, numa extensão de dezenove léguas.

Recebida a provisão do Cap. Gen. D. Rodrigo César de Menezes, a 29 de junho de 1726, iniciaram a construção do importante caminho, capaz de por ele andarem cavalgaduras carregadas, e com saídas para o mar, em Mambucaba e outros lugares. Procurava-se evitar com a construção desse “caminho por terra em direitura ao Rio de Janeiro” o dilatado caminho da vila de Parati e o risco do mar, infestado por piratas, para a segurança do transporte dos quintos reais e das demais cargas até a cidade do Rio de Janeiro.

Após seis anos de grandes trabalhos, com o contrato de mais de vinte práticos de matos, atingiu o caminho o rio Pirahy, com o dispêndio de mais de 10.000 cruzados (somente pelo Cap. Mor mais de 8.000 cruzados) além do serviço de grande número de escravos.

O prêmio dessa obra seria a concessão aos sócios construtores das principais sesmarias encontradas ao longo do percurso, dentro dos limites da Capitania de S. Paulo.

Para a continuação do caminho entre o rio Pirahy e a fazenda Santa Cruz, dos padres jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro, estabeleceram os construtores um contrato, lavrado na vila de Guaratinguetá, a 15 de novembro de 1732, com um novo sócio, José Fernandes de Carvalho. No que tocasse à jurisdição do Rio de Janeiro, devia-se iniciar, ao mesmo tempo, a abertura do restante do caminho dessa cidade até a fazenda Santa Cruz (DAESP – Sesmarias, Patentes e Provisões).

Faleceu Antônia da Silva Cabral e casou o viúvo com Hilária Machado de Siqueira, sem geração de ambos matrimônios. Hilária Machado casou segunda vez com Antônio da Silva Bravo, natural de Portugal, com geração.

Faleceu o Coronel Domingos Antunes Fialho com testamento de próprio punho escrito e assinado na vila de Guaratinguetá a 22 de abril de 1743 e aberto a 29 de abril do ano seguinte pelo juiz ordinário, Sargento mor Francisco Nabo Freire, sendo tabelião Máximo de Aguiar da Costa. Nomeou testamentários seu irmão Manuel Antunes Fialho, os sobrinhos João da Costa Fialho, João Antunes Fialho, e a mulher Hilária Machado.

Determinou seu enterramento em jazigo próprio na matriz de Guaratinguetá, amortalhado em hábito de S. Francisco, como irmão professo da Ordem, e acompanhado por todas as confrarias da vila, das quais era irmão. Dispôs um ofício de nove lições e outro no oitavário e cerca de quinhentas missas sob elevadas invocações a Cristo, em dez devoções e Nossa Senhora, aos Anjos e aos Santos; e seriam parte dessas missas celebradas em Portugal pelo sobrinho Frei Manuel de S. José Fialho. Fez deixas ao

Santíssimo Sacramento, ao Senhor dos Passos, a Nossa Senhora e a Santo Antônio (no total de 110\$000).

Possuía um sítio medindo trezentas e sessenta braças de terras de testada e uma légua de sertão, com três casas de telha, engenho e alambique, plantações, criação de gado e cavalos, casas na vila, cinco sesmarias e cinquenta administrados e escravos (DAESP – INV. E TEST.).

§ 4º

- VI- FILIPA GAGO LEME, n. creio em Parnaíba cerca de 1647 (fª de Gomes Freire de Oliveira, do §2º, nº V) C. em Taubaté por 1664 c. DOMINGOS MARTINS DO PRADO, n. por 1640 (irmão do Cap. Mateus Martins do Prado, n. em 1641) fº do Cap. André Bernardes (ou Bernal) e de s/m. Domingas Ribeiro (irmã do Cap. João do Prado Martins) n.p. de João Bernal e de s/m. Helena Gonçalves e n.m. de João do Prado, o moço, e de s/m. Maria da Silva de Sampaio. Helena Gonçalves era irmã do Cap. Diogo Gonçalves Penedo e de Custódia Gonçalves que foi casada com Francisco Dias, pais do Cap. Mor Francisco Dias Velho, juiz de órfãos em S. Paulo, em 1668, e o instituidor, em 1679, da Matriz de Nossa Senhora do Desterro, na Ilha de Santa Catarina. Faleceu Domingos Martins do Prado em 1697 e foi inventariado em Taubaté. Possuía um sítio no bairro de “jandipaiba”, mil e duzentas braças de terras de testada por uma légua de sertão, cujos títulos estavam em poder do Cap. Domingos do Prado Martins, seis administrados do gentio, etc.. Faleceu sua mulher em 1701 na paragem chamada “Iuna”, freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em casas do filho mais velho José Martins.

Declararam-se no inventário seiscentas braças de terras, algumas dividas ativas e 415\$960, valor da “alvidração” de três administrados. As filhas estavam dotadas. Nos gastos do funeral figuram missas de corpo presente e de sufrágios, com recibos assinados por Frei Francisco de S. Lourenço e pelo Padre João de Faria Fialho (AHMFG).

Pais de:

- 1 (VII)- CAP. JOSÉ MARTINS DO PRADO (tem seu nome, nos documentos com as variantes de Prado Gago e Martins de Oliveira) n. em 1678, C. por 1706 c. ANGÉLICA DO BOM SUCESSO, n. em 1690, fº do Cap. Antônio de Barros Freire, viúvo (juiz ordinário em Taubaté em 1672 e 1675) e de s/m. Catarina Cisneiros de Albernaz (Revista da ASBRAP nº 9, p. 144). Em 1720, depôs em Taubaté como testemunha no processo matrimonial dos contraentes Manuel Bicudo Correia (n. em 1699) e Joana Rodrigues do Prado (n. em 1700).

Era natural e morador na vila de Pindamonhangaba, onde vivia de lavouras e agências, republicano¹³, com 43 anos de idade, casado, parente dos oradores em 2º e 4º grau por consanguinidade; com assinatura no termo (ACMSP).

A 9 de dezembro de 1733, em Taubaté, num processo de justificação (sobre questão de administrados do gentio) requerido por Francisco Pereira de Magalhães, parente do Padre Lourenço da Silva Magalhães e sobrinho neto de Isabel Bicudo Leme, depôs como testemunha, José Martins do Prado, natural de Pindamonhangaba, de idade cinqüenta e seis anos, que declarou ser primo do justificante; outras testemunhas foram: Domingos Ferreira de Mendonça, de vinte e seis anos, parente do justificante, e Gaspar Pereira de Castro, de trinta e nove anos (AHMFG – Processos Cíveis).

- 2 (VII)- MANUEL DO PRADO MARTINS (OU LEME), n. em 1687, casado, morador em Pindamonhangaba, republicano, também depôs no processo matrimonial referido acima.
- 3 (VII)- BRÁS ESTEVES DO PRADO (OU DE OLIVEIRA) n. em 1683, casado.
- 4 (VII)- JOÃO GAGO, n. em 1688, tutelado de seu irmão José do Prado Gago, possuía, em juízo, 99\$100, do inventário de sua mãe, quantia tomada a ganhos, a 31-JAN-1708, por Brás Esteves do Prado, que apresentou por fiador Domingos Félix Lobo (AHMFG – Escrituras).
- 5 (VII)- ISABEL C. pouco depois de 1697 c. FRANCISCO DE FREITAS. Recebeu, em dote, trezentas braças de terras com légua e meia de sertão.
- 6 (VII)- DOMINGAS RIBEIRO DA SILVA C.c. BARTOLOMEU BUENO DE MENDONÇA – segue.
- 7 (VII)- MARIA LEME DO PRADO C. c. o CAP. JOÃO BICUDO CORREIA - § 5º.

VII- DOMINGAS RIBEIRO DA SILVA, n. por 1668, C. por 1684 c. o CAP. BARTOLOMEU BUENO DE MENDONÇA, n. por 1650, fº de Amador Bueno, o moço, e de s/m. Margarida de Mendonça (casados em S. Paulo a 24-OUT-1638) mencionados por Silva Leme (I, 418).

¹³ Pelas eleições do pelouro ou da Câmara, os homens da governança eram chamados “republicanos”.

Estava no sertão em 1682 e foi inventariado em Taubaté em 1704. Fez testamento em que ordenou ser sepultado na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em hábito de S. Francisco, como irmão terceiro, acompanhado por todos os sacerdotes e pelas cruzes e guiões da igreja e das confrarias. Dispôs cinqüenta missas em louvor a Santíssima Trindade, às Cinco Chagas de Cristo, em cinco devoções a Nossa Senhora, a S. Francisco, ao Anjo da Guarda e às almas.

Possuía um sítio com duzentas braças de testada, na estrada de “Go-ratingeta”, por légua e meia de sertão, com casas, moendas, roças, benfeitorias, oito administrados e dois escravos, e mais trezentas braças por légua e meia de sertão recebidas em dote, partindo com terras de Francisco de Freitas.

Teve o testamento o “cumpra-se” na já declarada como “vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso”, a 15 de junho de 1704, assinado por Manuel de Lemos Barbosa e Francisco Leite de Miranda (AHMFG). Faleceu sua mulher em data não conhecida.

Pais de, mencionados no testamento:

- 1 (VIII)- AMADOR BUENO.
- 2 (VIII)- DOMINGOS BUENO.
- 3 (VIII)- BARTOLOMEU BUENO.
- 4 (VIII)- FRANCISCO BUENO.
- 5 (VIII)- DIOGO BUENO DE MENDONÇA C.c. GERTRUDES DA MAIA – segue.

VIII- DIOGO BUENO DE MENDONÇA, n. em Pindamonhangaba cerca de 1695, C.c. GERTRUDES DA MAIA, natural da freguesia do Irajá, bispado do Rio de Janeiro, falecida na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão a 18 de junho de 1763. Teve missa de corpo presente e outras dispostas em testamento. Faleceu Diogo Bueno a 8 de janeiro de 1773, com testamento, e foi sepultado na matriz com missa de corpo presente (Arquivo Eclesiástico de Lorena).

Tiveram, ao menos oito filhos, com os termos de batismos lançados nos livros da matriz de Guaratinguetá e assinados pelo Padre José Alves Vilela:

- 1 (IX)- MARIA BUENO DA CONCEIÇÃO C. em 22-SET-1782, em São Luiz do Paraitinga, com MAMEDE FERNANDES DE LIMA, viúvo de Inês Monteiro de Gouvêa. Sem geração.

- 2 (IX)- ESCOLÁSTICA RIBEIRO, bat. a 21-OUT-1722, C. a 5-MAIO-1742 na capela de Jesus, Maria e José, da Boa Vista, freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão, c. NICOLAU DA FONSECA, natural de Passo de Lumiar, freguesia de S. João Batista, arcebispado de Lisboa, filho de Antônio Fernandes e de s/m. Antônia Henriques; foi celebrante o capelão Domingos Gonçalves Navais (termo registrado na matriz da vila).
- Tiveram, entre outros, o filho Rafael, bat. na freguesia do Facão a 20-AGO-1753, mencionados os avós no termo, sendo a avó, Gertrudes da Maia, natural da freguesia de Irajá, bispado do Rio de Janeiro; casou Rafael da Fonseca a 18-NOV-1782 c. Mariana Francisca de Jesus (v. Revista da ASBRAP nº 10, p. 87).
- 3 (IX)- BENTO, bat. a 16-FEV-1723.
- 4 (IX)- CÓRDULA MARIA BUENO, bat. a 8-NOV-1726, C. c. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA, bat. a 8-DEZ-1722, na freguesia de Santo Tirso de Páramos, termo da vila da Feira, bispado do Porto, fº de João Álvares de Oliveira e de s/m. Teresa Pereira de Sousa, irmã de José Pereira de Sousa e tia de Manuel Pereira de Sousa, habilitados familiares do Santo Ofício pelo Distrito de Aveiro (Arquivo do Dr. Marcelo Meira Amaral Bogaciovas).
- 5 (IX)- DOMINGAS BUENO DE OLIVEIRA, bat. a 28-JUL-1728. Faleceu solteira em 26-NOV-1788, em São Luiz do Paraitinga.
- 6 (IX)- ANA BUENO, n. por 1730 e f. em Cunha em 30-MAIO-1768, com testamento; C.c. DOMINGOS JOSÉ CORREIA (ou do PRADO), natural de Pindamonhangaba (os termos paroquiais de São Luís de Paraitinga por informação do pesquisador Joaquim Roberto Fagundes).
- 7 (IX)- ÚRSULA DA MAIA BUENO, natural da freguesia do Facão e f. em 9-JUL-1810, na vila de São Luiz do Paraitinga. Casada antes de 1775 com JOÃO DE SOUSA VALLE, natural da cidade de Funchal, na Ilha da Madeira e falecido, com testamento, em 8-JAN-1792, em São Luiz do Paraitinga.
- 8 (IX)- MARGARIDA BUENO DA SILVA, bat. creio depois de 1728, C. a 1ª vez c. MANUEL ÁLVARES, f. em 3-MAR-1760, em Cunha; C. 2ª vez c. ANTÔNIO MARTINS DE MELO, natural da Vila de Melo, em Vizeu, Portugal (v. Revista da ASBRAP nº 10, p. 56 e 59); com geração dos dois casamentos. Margarida Bueno faleceu em 26 de agosto de 1774 na freguesia do Facão (Cunha).

§ 5º

VII- MARIA LEME DO PRADO, n. em Guaratinguetá por 1665, (fª de Filipa Gago Leme § 4º, nº VI) C. por 1681 c. o CAP. JOÃO BICUDO CORREIA, n. em 1663 (requerimentos de sesmarias - DAESP) filho de Antônio de Alvarenga (n. em 1644) e de s/m. Isabel Bicudo (conforme se deduz pelas dispensas matrimoniais e qualificações de testemunhas) n.p. de Antônio de Alvarenga (sesmeiro em 1639) e de s/m. Inês Moreira, e n.m. do Cap. Gaspar Vaz Madeira e de s/m. Catarina Bicudo (título Álvares Correias).

Faleceu Maria Leme do Prado, com testamento, na freguesia de Pindamonhangaba, e foi inventariada em Taubaté, em 1702.

Determinou ser sepultada no Convento de Santa Clara, em hábito franciscano, com o acompanhamento dos guiões de Nossa Senhora do Rosário, do Santíssimo Sacramento e da cruz de S. Francisco; dispôs sua terça em sufrágios e legados. Nomeou testamenteiros seu marido e seu cunhado Bartolomeu Bueno de Mendonça (AHMFG). Declararam-se no inventário uma tenda de ourives, com seus aviamentos, alambique, plantações de cana, morada de casas de telha, na freguesia de Pindamonhangaba (monte partível 391\$120) e dezessete administrados e escravos.

Faleceu o Cap. João Bicudo Correia por volta de 1744, com testamento, sendo testamenteiro seu filho Domingos Martins Correia (inventário e testamento inexistentes no AHMFG).

Pais de:

- 1 (VIII)- FRANCISCO MARTINS BICUDO, n. cerca de 1682.
- 2 (VIII)- ISABEL BICUDO C.c. FRANCISCO NUNES DE SIQUEIRA.
- 3 (VIII)- DOMINGAS RIBEIRO, n. por 1687.
- 4 (VIII)- ANA RIBEIRO DA SILVA C. por 1704 c. ANTÔNIO MACHADO DE SIQUEIRA, irmão de Lourenço de Siqueira.
- 5 (VIII)- FILIPA GAGO LEME, n. cerca de 1683, C. cerca de 1699 c. JOÃO DO PRADO MARTINS, n. por 1670, fº do Cap. Antônio do Prado Martins e de s/m. Maria Colaço da Costa.
- 6 (VIII)- MARGARIDA BICUDO CORREIA C. antes de 1701 c. ANTÔNIO DO PRADO DA COSTA, n. em 1663, irmão do cunhado, anterior.
- 7 (VIII)- MARIA BICUDO CORREIA, n. em 1685, segunda mulher de DOMINGOS FÉLIX LOBO.
- 8 (VIII)- DOMINGOS MARTINS CORREIA, n. em 1692, C. em 1710 c. MARIA DO PRADO LEME, n. em 1697, fª do Cap. Antônio do Prado Martins e da segunda mulher Correia, com justificação do parentesco em 3º grau por consangüinidade; fo-

ram testemunhas o Cap. Mor Belchior Félix Correia, parente dos justificantes em 4º grau, e Antônio de Alvarenga (n. em 1644) parente de um em 3º grau e do outro em 4º grau (ACMSP). A 26 de novembro de 1751, em Taubaté, Domingos Martins Correia, casado com ANTÔNIA MOREIRA, segunda mulher, vendeu uma sorte de terras herdadas de seu pai, João Bicudo Correia, a Aleixo Leme da Silva (AHMFG).

- 9 (VIII)- JOÃO BICUDO CORREIA C. antes de 1717 c. ANA DA COSTA COLAÇO, irmã dos mencionados João do Prado Martins e Antônio do Prado da Costa (v. nota 2º).
- 10 (VIII)- ANTÔNIO BICUDO, em menoridade em 1702, com o nome de Antônio Correia Leme, C. na capela do Rio Grande, filial de Lavras, Minas Gerais, a 12-JAN-1735, c. FRANCISCA DE ALMEIDA LARA, natural de Taubaté, fª de Francisco Rodrigues Rafael, natural de Portugal, e de s/m. Maria de Lara de Almeida (conforme informação do Dr. José Guimarães, de Ouro Fino).
- 11 (VIII)- MANUEL BICUDO CORREIA, n. em 1699, C. em 1720 c. JOANA RODRIGUES DO PRADO, n. em 1700, fª de Domingos do Prado da Costa e de s/m. Isabel Rodrigues do Prado. Foram dispensados no processo matrimonial do parentesco por consangüinidade em 4º grau (ACMSP).

§ 6º

- III- CLARA DE OLIVEIRA LOBO, n. por 1564 (fª de Joana Ferreira, do § 2º, nº II) C. por 1580 c. MANUEL ANTUNES, n. por 1550, fº de Bartolomeu Antunes e de s/m. (não mencionada) povoadores da Capitania de S. Vicente. Antes de 1586, tinha Manuel Antunes roças e administrados na povoação de “Jipoya”, junto da Ilha Grande, e, como primeiro povoador, obteve em 1595 uma sesmaria nessa paragem, por despacho do governador e lugar-tenente do Senhor Lopo de Sousa, Cap. Jorge Correia (“Sesm.”, I, 171). Em 1610, possuía casas em Angra dos Reis (id., 114). Em 1611, com o filho Bartolomeu Antunes Lobo e três parentes afins¹⁴ recebeu carta de sesmaria na região da barra de Guaratiba e ilha de Marambaia, dada pelo Cap. Gaspar Conqueiro (id., 178). Servia Manuel Antunes nesse ano o posto de capitão e lugar-tenente do Senhor Lopo de Sousa, donatário da Capitania

¹⁴ Eram essas pessoas Manuel Machado, Francisco Machado e Pascoal Machado de Sousa (filhos de Simão Machado e de s/m. Maria da Costa, esta filha de Estevão da Costa e de s/m. Isabel Lopes de Sousa, todos naturais de Portugal).

de S. Vicente (id., 202 e 204). Teria falecido, com a mulher, no Rio de Janeiro.

Pais de, ao menos:

- 1 (IV)- CAP. BARTOLOMEU ANTUNES LOBO - segue.
- 2 (IV)-, C.c. ANTÔNIO FERREIRA, morador no Rio de Janeiro ("SESM.", I, 197)
- 3 (IV)- JOANA LOBO, C.c. ALBERTO SOBRINHO - § 7º.
- 4 (IV)- ANTÔNIO ANTUNES (LOBO) n. por 1586, C. cerca de 1616, segundo os autores, c. ANA MACIEL, viúva de Jorge de Barros Fajardo (S.L., VIII, 151).

Pais de, entre outros:

- 1 (V)- MANUEL ANTUNES LOBO C.c. MARIA PEDROSO DE OLIVEIRA. Seu nome lembra o avô.

- IV- CAP. BARTOLOMEU ANTUNES LOBO, n. em Santos, por 1582, C. por 1608 c. MARIA DA COSTA, n. por 1592, fª de Atanásio da Mota e de s/m. Luzia Machado; n.p. do Cap. Vasco Pires da Mota e de s/m. Filipa Gomes da Costa e n.m. de Simão Machado e de s/m. Maria da Costa, esta, fª de Estevão da Costa, o velho, e de s/m. Isabel Lopes de Sousa; seu avô paterno, filho do Doutor Anacleto Vaz da Mota e de s/m. Filipa de Sá, todos naturais de Portugal e pessoas nobres e fidalgas (ACMSP). Sua mãe, Maria da Costa, era irmã do Cap. Mor Vasco da Mota, do Cap. Mor Calisto da Mota e cunhada do Cap. Mor Dionísio da Costa, governadores da Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, o 1º de 1636 a 1639, o 2º em 1639 e de 1640 a 1643, e o 3º de 1649 a 1650 e de 1650 a 1652, conforme escreveu Carvalho Franco (RAMSP, LXX, 31).

Por requerimento ao Cap. Mor Ouvidor Gonçalo Correia de Sá (com alçada nas Capitânicas de S. Vicente e Santo Amaro) obteve Bartolomeu Antunes Lobo, a 12 de dezembro de 1616, uma grande sesmaria na nova povoação de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis; fez a petição em conjunto com seus parentes Pascoal Machado, Domingos de Sousa, Francisco da Mota e Vasco da Mota, todos moradores no referido lugar, com a declaração de que eram pessoas nobres e de qualidade, tendo seus pais, avós e eles suplicantes, com suas pessoas, fazendas e escravos, prestando muitos serviços a S. Majestade ("Sesm., II, bis, 22).

Recebeu cada requerente uma légua de terras, a partir de ...teicoariguassu-.... o rio de ...paratiguassu-..... (escrituras com partes danificadas impedindo a concatenação das frases). Por esses anos, recebeu outra sesmaria em Mangaratiba (II, bis, 82).

Foi da governança de Angra dos Reis, onde exerceu em 1625 os cargos de juiz ordinário e de órfãos (INV. E TEST., VII, 155 e XIII, 129).

A 3 de junho de 1645, nessa vila, doou por escritura aos religiosos de Nossa Senhora do Carmo, uma grande área de chãos situada entre o canto das casas de Custódia Moreira e o ribeirão ao pé do outeiro de Santo Antônio, com o sertão até o cume da serra, para a construção de seu convento, hortas e logradouros; aceitaram a doação, como representantes da Ordem do Carmo, os Reverendos Padres Frei José Cavalcanti e Frei Inácio da Purificação, sendo a escritura lavrada pelo tabelião do judicial e notas Gaspar da Costa Ferreira, em presença das testemunhas Afonso Mendes de Estrada, Jacinto Casado Padilha e Diogo de Oliveira Falcão¹⁵.

Sua mulher Maria da Costa era já falecida em 1645.

Pais de, ao menos:

- 1 (V)- PADRE ANACLETO LOBO DE OLIVEIRA, n. por 1625, ordenou-se provavelmente no Rio de Janeiro. Seu nome lembra o trisavô materno, Dr. Anacleto Vaz da Mota. Em 1655, exercia o cargo de vigário coadjutor em S. Paulo (INV. E TEST., XV, 454); a 2 de setembro desse ano deu o “cumpra-se” no testamento de João de Freitas e assinou um recibo: “O P. C^{lor} adnistor Vicarius Anacleto Lobo...” (INV. E TEST., XLIII, p. 149 e 150).

Em 1657 estava em Guaratinguetá, creio como coadjutor do vigário Padre Pedro Gonçalves Ribeiro do Vale, e serviu, nesse ano, como procurador de Salvador da Mota Lobo, irmão de Bartolomeu Antunes Lobo (id., 256, 264 e 265). Em 1673, era vigário de Parati, onde escreveu e assinou o testamento do português André Luís, sogro de Diogo Aires de Oliveira (DAESP) e ainda permanecia nessa vila em 1680, quando foi uma das três testemunhas da escritura de dote do Cap. Antônio Pereira de Brito e s/m. Maria de Sousa de Brito a sua irmã Catarina Garcez (?) para o seu casamento com João de Azevedo, escritura lavrada pelo tabelião Antão Pires de Medeiros (Livro do Cartório do Judicial e Notas de Parati, anos de 1672 a 1678, a fls. 11).

Em junho de 1657, em Guaratinguetá, quando foi procurador em “cauza propria” de Salvador da Mota Lobo, irmão de Bartolomeu Antunes Lobo, não diz com clareza o termo que era irmão dessas pessoas.

¹⁵ *Revista do Ateneu Angrense de Letras e Artes*, Ano III, nº 2, p. 18, Angra dos Reis, junho de 1975 (do livro inédito de Alípio Mendes “O Convento de Nossa Senhora do Carmo, da Ilha Grande”).

- 2 (V)- ATANÁSIO DA MOTA LOBO, n. em Angra dos Reis por 1610, C. em S. Paulo a 17 de junho de 1640 c. MADALENA RIBEIRO, fª do Cap. Pedro Domingues (n. em 1578) e de s/m. Maria Mendes; n.p. de Pedro Domingues, natural de Portugal, e de s/m. Clara Fernandes, e n.m. de Nuno Vaz Pinto, natural de Portugal (juiz ordinário em 1601) e de s/m. Mendes, por esta, bisneta de Antônio Mendes (RCSP, VII, 46) e de s/m. Ribeiro e, por esta, trineta de Manuel Ribeiro, membro da Câmara de S. Paulo e ouvidor eclesiástico em 1590, e de s/m. Isabel Fernandes, povoadores da Capitania; era o Cap. Pedro Domingues cunhado de Antônio Nunes Pinto (“Sesm.”, I, 250, 257 e 394) e avó materno do Muito Reverendo Padre, Vigário da Vara, Doutor João Domingues de Pontes, e do jesuíta, Padre Belchior de Pontes, professo dos três votos, de grande virtude, falecido no dia 22-SET-1719.

Em S. Paulo, a 6 de agosto de 1644, serviu como procurador de seu irmão Bartolomeu Antunes Lobo (INV. E TEST., VII, 200).

- 3 (V)- MANUEL FRANCISCO LOBO, n. por 1613, C. em S. Paulo a 28 de novembro de 1643 c. MARIANA DA CUNHA, fª de João da Cunha e de s/m. Domingas Ribeiro (S.L., V, 213).
- 4 (V)- JOÃO BATISTA LOBO, n. por 1615, estava em S. Paulo quando foi nomeado procurador de seu irmão Bartolomeu Antunes Lobo, o moço, por um instrumento lavrado em Angra dos Reis, a 13 de setembro de 1649, pelo tabelião Gaspar da Costa Ferreira; no mesmo instrumento, também constituídos procuradores seu irmão Salvador da Mota Lobo, seu tio Calisto da Mota e Simão Machado da Mota (INV. E TEST., XV, 151 e 152). Calisto da Mota, n. em 1591, e Simão Machado da Mota (casado em S. Paulo a 29 de outubro de 1633) eram irmãos de sua mãe Maria da Costa.
- 5 (V)- SALVADOR DA MOTA LOBO, n. por 1620, C. antes de 1657 c. MARIA CORREIA, fª de Luís Álvares Correia, tabelião em Mogi das Cruzes, e de s/m Maria de Pina; n.p. de Jerônimo Álvares e de s/m Maria Correia, e n.m. de um dos filhos de Brás de Piña Cortez e de s/m Isabel Lopes, moradores na referida vila. Luís Álvares Correia e s/m. foram inventariados em Guaratinguetá, em 1657 (INV. E TEST., XLIII, 245).
- 6 (V)- BARTOLOMEU ANTUNES LOBO, o moço, n. em 1623, foi morador em Guaratinguetá, onde depôs como testemunha, a 8 de outubro de 1657, numa inquirição cível ordenada pelo juiz ordinário e de

órfãos, Cap. Brás Esteves Leme, sobre a morte e os serviços de uma administrada do gentio da terra pertencente aos inventários de Luís Álvares Correia e de sua mulher Maria de Pina; as outras testemunhas foram Maria de Paiva, viúva, de quarenta e um anos de idade, e Manuel de Oliveira Falcão, de pouco mais de sessenta anos (INV. E TEST., XLIII, 269).

Casou em 1644 (INV. E TEST., VII, 198) com ANA FERREIRA, n. em 1627 (id., 168) fª de Antônio Ferreira (v. “Sesm.”, I, 196) e de s/m. Filipa Gago (INV. E TEST., XV, 84) por esta, neta de João Gago da Cunha e de s/m. Catarina do Prado (S.L., III, 201 e 278).

§ 7º

- IV- JOANA LOBO, n. em Santos por 1584 (fª de Clara de Oliveira Lobo, § 6º, nº III) C. por 1600 c. ALBERTO SOBRINHO, fº (creio) de João Eanes Sobrinho e de sua 1ª ou 2ª mulher, povoadores da Capitania. Residiram na vila de S. Paulo e figuram no termo do segundo casamento de sua filha Domingas Lobo, em 1639 (Sé, fls. 20).

Pais de, ao menos:

- 1 (V)- CAP. ALBERTO LOBO, n. por 1601, deve ser (segundo as datas, apelidos e outros elementos) a pessoa que exerceu em Parnaíba os cargos de governança, entre os quais o de juiz ordinário e de órfãos em 1632, 1642, 1651 etc. (INV. E TEST., VIII, 313, XIII, 499, XXXVI, 146 e v. 41, p. 110).

A 20 de abril de 1656, em Parnaíba, foi o fiador e principal pagador de seu filho Alberto Lobo Tinoco (INV. E TEST., XL, 174 e 175) que era sobrinho de Cristóvão Diniz (INV. E TEST., XLI, 132).

- 2 (V)- DOMINGAS LOBO, que segue.

- V- DOMINGAS LOBO, n. em S. Paulo por 1610, C. por 1630 c. FRANCISCO DA CUNHA GAGO, n. por 1607, fº de Henrique da Cunha Gago, o velho, n. em 1560, e de s/m. Catarina de Unhate (S.L., V, p. 5 e 200). Faleceu Francisco da Cunha Gago nessa vila e foi inventariado em 1639; não deixou testamento e pela quantia paga, do ab-intestado, se lhe rezaram um ofício e missas. Figuram no inventário quatorze administrados do gentio (INV. E TEST., XII, 259).

Casou a viúva a 15 de agosto de 1639 c. JOÃO DELGADO DE ESCOBAR, fº de Antônio Delgado de Escobar (sesmeiro e pessoa da governança em Mogi das Cruzes) e de s/m. Beatriz Ribeiro.

Serviu João Delgado de Escobar os cargos de juiz ordinário e de órfãos em Taubaté, em 1661 (AHMFG). Faleceu nessa vila a 6-SET-1676, com testamento (escrito a rogo por Sebastião de Freitas, o velho, e assinado pelo testador) sendo o inventário aberto pelo juiz ordinário e de órfãos Baltazar de Moraes Dantas, no sítio do falecido, na paragem de Tremembé. Seria sepultado no Convento de Santa Clara, em hábito de S. Francisco, acompanhado pelo vigário e por todas as cruces das Irmandades; dispôs missas em louvor a Nossa Senhora, a S. Francisco, a S. João e outras.

Declararam-se no inventário, entre os bens, um sítio em Tremembé, com duzentas braças de terras, onde morava a viúva, casas na vila de Taubaté, de taipa de pilão e telha, e quatorze administrados do gentio (AHMFG).

Faleceu Domingas Lobo na mesma vila, a 12-MAIO-1692, em casas de seu filho Antônio Delgado de Oliveira.

Fez testamento em que determinou ser sepultada no Convento Santa Clara, na sua sepultura, em hábito dos religiosos, acompanhada por todas as cruces da matriz (das irmandades) e dispôs trinta missas (AHMFG).

Teve do 1º matrimônio, naturais de S. Paulo (S.L., V, p. 200).

- 1 (VI)- MARIA DA CUNHA LOBO, n. em 1633, C. em S. Paulo, por 1650, com SEBASTIÃO MARTINS PEREIRA, escrivão em Taubaté, natural da Ilha da Madeira, fº de Gonçalo Lopes Brandão e de s/m. Catarina Pereira. Faleceram nessa vila, com testamento.
- 2 (VI)- FRANCISCO DA CUNHA LOBO, n. em 1636, C. em S. Paulo por 1660 c. MARIA DE SAMPAIO, bat. nessa cidade a 10 de outubro de 1641 (?) fª de Luís de Andrade do Amaral e de s/m. Filipa Rodrigues (irmã de Pascoal Dias Rodrigues, juiz ordinário e de órfãos em Jundiaí, em 1667); n.p. de Diogo de Andrade Peçanha (ou Cunha) e de s/m. Maria de Sampaio, naturais da cidade de Viseu, Portugal, e n.m. de Pascoal Dias, da governança de S. Paulo, e de s/m. Filipa Rodrigues.

Tiveram, co-herdeiros no inventário da avó Domingas Lobo:

- 1 (VII)- LUÍS DE SAMPAIO.
- 2 (VII)- FRANCISCO DA CUNHA.
- 3 (VII)- JOÃO DA CUNHA.
- 4 (VII)- HENRIQUE DA CUNHA LOBO.

5 (VII)- TRISTÃO DE OLIVEIRA.

Do segundo matrimônio teve Domingas Lobo cinco filhos (dois falecidos):

3 (VI)- MANUEL FRANCISCO DE ESCOBAR - segue.

4 (VI)- CAP. ANTÔNIO DELGADO DE OLIVEIRA, bat. em S. Paulo a 30-SET-1648, C.c. JOANA DE CASTILHO, n. por 1653, fª do Alcaide Mor Manuel Vieira Sarmiento e de s/m. Maria Moreira (Revista da ASBRAP nº 12, p. 95).

Entre os seis filhos mencionados houve, ao menos, mais um, Manuel Delgado de Oliveira, já falecido em 1707 (procurações, 20 de setembro de 1707 – AHMFG).

5 (VI)- ANA LOBO SOBRINHA (também chamada Ana Ribeiro de Escobar) C.c. o CAP. GASPAR VELHO CABRAL; recebeu, entre os bens do dote, quatorze administrados do gentio da terra, segundo o testamento do pai, em 1676; pelo testamento da mãe, escrito no final de 1686, estava C. a 2ª vez c. PEDRO VELHO.

VI- MANUEL FRANCISCO DE ESCOBAR, n. em S. Paulo por 1640. C. em Taubaté por 1664 c. MARIANA DE GÓIS, n. por 1648, fª do Cap. Duarte Gomes, n. em 1618 (juiz ordinário e de órfãos nessa vila em 1667) e de s/m. Cecília de Góis. Foram moradores nas vilas de Taubaté e de Jacaréí. Pais de, entre outros:

1 (VII)- CAP. AMARO LOBO DE OLIVEIRA C.c. MARIA DE BARROS CARDOSO – segue.

2 (VII)- DUARTE LOBO DE OLIVEIRA C.c. MARIA MOREIRA DE CASTILHO - § 8º.

3 (VII)- PEDRO LOBO DE OLIVEIRA C.c. ANA DIAS MORGADO, n. em Guaratinguetá por 1677, fª de Domingos Nogueira de Brito, natural de Taubaté, e de s/m. Isabel de Góis Raposo, de Guaratinguetá.

VII- CAP. AMARO LOBO DE OLIVEIRA, n. em Taubaté por 1665, foi morador em Jacaréí e, depois de 1707, no seu sítio do bairro de Itaguassu, em Guaratinguetá. Casou em Taubaté a 20 de fevereiro de 1689 c. MARIA DE BARROS CARDOSO, n. nessa vila em 1674, fª de Estevão de Barros Cardoso, já falecido em 1689, e de s/m. Maria Bicudo de Brito; n.p. de Antônio de Barros de Alcáçova, natural de Portugal, e de s/m Mariana Cardoso e n.m. do Cap. Sebastião Fernandes Camacho e de s/m. Isabel Bicudo de Brito (Revista da ASBRAP nº 13, p. 192).

A 26 de abril de 1707, já era morador na vila de Guaratinguetá quando adquiriu por escritura, de Helena do Prado da Silva, uma sorte de terras, com duzentas braças de testada e duas léguas de sertão, na paragem chamada “Ubatuba”, junto ao rio Paraíba, no lugar onde moraram Domingos Bicudo de Brito e seu irmão Fernão Bicudo de Brito, terras situadas em meio, limitando com as terras de Isabel Bicudo Leme, D. viúva, e rio abaixo com as terras do Cap. João do Zouro da Cruz; a escritura lavrada pelo tabelião da vila, Manuel de Andrade Caldas, em presença das testemunhas Cap. Francisco Lopes de Faria, Cap. Francisco Martins de Araújo e Cap. Eugênio Preto de Matos.

Pouco antes de 1716, por venda dessas terras, houve um processo e apelação julgados na Ouvidoria Geral da cidade de S. Paulo, com desistência do apelado, Cap. Amaro Lobo de Oliveira, pelo seu procurador Manuel Homem Albernaz, sendo a Carta de Sentença passada ao apelante, Cap. Antônio Rodrigues de Miranda, a 12 de fevereiro de 1716 (*Genere et Moribus*, Autos de Patrimônio e traslados de escrituras - ACMSP).

Faleceu com testamento, escrito e assinado a rogo por José Francisco Nunes. Seria sepultado na igreja matriz, acompanhado pelos sacerdotes e pelas cruces de Santo Antônio, das Almas e de Nossa Senhora do Rosário; dispôs vinte e oito missas, sendo três de corpo presente. Declara sua naturalidade (Taubaté) filiação, a mulher e os filhos. Possuía cento e cinquenta braças de terras de testada e três escravos; vendeu terras a sua neta Rosa Maria e doou outras a seu genro Brás de Oliveira (DAESP).

No termo de abertura do inventário declara a viúva ser o inventariado natural de Jacareí, o que significaria ter Amaro Lobo residido por muitos anos, desde a infância, nessa vila. Sua mulher faleceu em 1756, com testamento, escrito na Capela de Nossa Senhora Aparecida por André da Silva Coutinho; fez disposições pias como católica.

Pais de:

- 1 (VIII)- EUSÉBIO FRANCISCO DE ESCOBAR.
- 2 (VIII)- ESTEVÃO DE BARROS C.c. MARIA PEDROSO DE LIMA.
- 3 (VIII)- ANTÔNIO LOBO DE OLIVEIRA, bat. em Taubaté a 24-FEV-1697.
- 4 (VIII)- MARIA BICUDO DE BRITO, bat. nessa vila a 24-ABR-1692, teve dote e C.c. JOSÉ DIAS MORGADO, natural de Jacareí, fº de Matias de Oliveira (Morgado) e de s/m. Catarina Rodrigues.
- 5 (VIII)- MARIANA CARDOSO C.c. BRÁS DE OLIVEIRA, que recebeu terras, em dote dos sogros.
- 6 (VIII)- DOMINGAS LOBO DE OLIVEIRA, bat. na referida vila a 20-JUN-1690, C. em Guaratinguetá a 26-FEV-1707 c. DOMINGOS

SOARES LEITE, natural da freguesia de Sanfins, termo da vila da Feira, bispado do Porto, e bat. a 8-FEV-1676, fº de Domingos Soares, da freguesia de Sanfins, e de Domingas Leite, da freguesia de Fornos, termo da vila da Feira (desse casal o Dr. Gastão de Meirelles França criou o título genealógico “Soares Leite”, inédito, da genealogia guaratinguetaense). São os pais do Padre José Soares Leite, habilitado de genere em S. Paulo em 1749.

§ 8º

- VII- DUARTE LOBO DE OLIVEIRA, n. por 1667 (filho de Manuel Francisco de Escobar, do §7º, n.º VI) C.c. MARIA MOREIRA DE CASTILHO, n. por 1680.

Pais de, entre outros:

- 1 (VIII)- ANTÔNIO FERREIRA, que segue.

- VIII- ANTÔNIO FERREIRA, C.c. ISABEL DE MIRANDA, n. por 1710, fª de Antônio de Miranda e de s/m. Maria Garcia. Pais de, entre outros:

- IX- MÉCIA FERREIRA, n. por 1735, C. em Pindamonhangaba em 1758 c. FRANCISCO DE FIGUEIREDO CASTELO BRANCO, fº do Cap. João de Figueiredo de Abreu (juiz ordinário em Pindamonhangaba em 1714 e 1724) e de s/m. Catarina Maria do Prado, n. em 1694 (já casados em 1714); n.p. de Antônio Ribeiro de Figueiredo e de s/m. Antônia Castelo Branco e n.m. de José Gonçalves da Silva e de s/m. Joana Rodrigues do Prado, n. em 1667, por esta, bisneto do Cap. Luís Coelho de Abreu, natural de Castela, e de s/m. Bernarda Rodrigues do Prado (n. em 1641).

Joana Rodrigues do Prado, viúva de José Gonçalves da Silva, C. em Taubaté, por volta de 1700, c. Atanásio de Figueiredo Castelo Branco (que seria irmão ou parente próximo de João de Figueiredo de Abreu). Desse 2º casamento de Joana Rodrigues do Prado foi filho Domingos Pacheco de Mascarenhas, n. em 1703 (Processos Cíveis, 1736 – AHMFG) C. em Taubaté em 1724 c. Mariana de Toledo (S.L., V, 559).

§ 9º

- IV- JOANA FERREIRA LOBO, n. por 1615, (fª de Ferreira Lobo, do § 2º, nº III) foi natural ou apenas moradora na vila de S. João de Cananéia. Casou-se por 1640 ou antes c. o CAP. SEBASTIÃO PEREIRA DE ABREU, viúvo, natural de Viana.

Pais de, ao menos:

- 1 (V)- SEBASTIÃO PEREIRA, bat. na vila de Cananéia a 21 de abril de 1641 pelo Padre Manuel Vaz, teve os padrinhos Paulo Teixeira e Catarina (?) de Ramos (?) (certidão do Padre Dionísio de Melo, vigário dessa vila nos anos de 1668). Não há certeza se Sebastião Pereira possuía bens ou patrimônio nesse lugar.
- 2 (V)- PADRE PEDRO DA SILVA PEREIRA, bat. em 1643, sendo padrinho Manuel de Andrade (justificado o batismo por não se localizar o termo). Habilitou-se de genere et moribus no Bispado do Rio de Janeiro, a 15 de julho de 1671. Na inquirição de testemunhas juradas aos Santos Evangelhos, na vila de Cananéia, foi declarada a mãe do habilitando, Joana Ferreira Lobo, cristã velha pelos quatro costados, sendo seus pais nobres e do governo destas partes; e o Cap. Sebastião Pereira de Abreu também cristão velho de quatro costados e filho de pais nobres e escudeiros¹⁶.
- A 2 de maio de 1671, na referida vila, recebeu o patrimônio sacerdotal por uma doação de terras e casas feita por seu cunhado, Cap. João de Andrade Coronel e sua mulher Senhorinha de Abreu, sendo lavrada a escritura pelo tabelião Luís Ferrão Castelo Branco.
- Em 1716, servia o Padre Pedro da Silva Pereira o cargo de vigário da matriz de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.
- 3 (V)- SENHORINHA DE ABREU C.c. o CAP. JOÃO DE ANDRADE CORONEL. Virtuosos católicos, doaram o patrimônio ao cunhado e irmão, sacerdote secular.

NOTA 1ª

§ 1º

¹⁶ A 17 de dezembro de 1713, faleceu na vila de Santos, com testamento, uma pessoa de nome Joana Ferreira Lobo, natural dessa vila, filha de Inácio de Faria e de s/m. Susana Moreira, C.c. Luís da Costa com uma filha, Antônia, de um ano e três meses de idade. Fez no testamento disposições pias como católica e nomeou testamenteiro seu cunhado Vicente da Mota (DAESP). A 14 de abril de 1714, na mesma vila, depôs no processo de *genere et moribus* de Lucas Rodrigues França, como testemunha, o Cap. Inácio de Faria Dória, natural e morador dessa vila, cristão velho, com sessenta anos de idade (talvez o mesmo). Seriam parentes próximos de Joana Ferreira, de Cananéia.

- I- DIOGO CATANHO TORRES, n. por 1570, C. em Santos por 1600 c. SUSANA ADORNO, n. por 1580, que seria sobrinha ou neta do Cap. José Adorno, estabelecido na Capitania com diversos irmãos e parentes.

Exerceu nessa vila o cargo de vereador em 1609 e 1613 (RGCSF, I, 170 e II, 23).

Em 7 de maio de 1630 (aos sessenta anos) depôs na mesma vila, com dezesseis testemunhas, num processo de justificação sobre as divisas das terras de S. Jerônimo, do outeiro de Nossa Senhora de Monte Serrat, das várzeas e da demais áreas anexas, a requerimento da Ordem do Carmo, como herdeira instituída em testamento pelo Cap. Mor Pedro Cubas, proprietário das referidas terras por herança de seu pai Cap. Mor Brás Cubas (RIHGSP, XLIV, 273).

Deve ser uma das cinco pessoas que possuíram chãos na vila de Santos, os quais, antes de 1630 (?) foram comprados pela Santa Casa de Misericórdia do último possuidor (id., 277). Em 1641, com a mulher Susana Adorno, residia em S. Sebastião, onde teria falecido.

Pais de, ao menos:

- 1 (II)- DIOGO CATANHO TORRES, n. por 1610, C. em S. Paulo a 19 de abril de 1641 (Sé, p. 26) c. FRANCISCA RODRIGUES, n. por 1620, fª de Pascoal Dias (membro da governança eleita de S. Paulo) e de s/m. Filipa Rodrigues, moradores nessa vila. Deve ser a pessoa desse nome que, a 24 de abril de 1653, em Santos, vendeu umas terras do sítio de Tamagereba (?) a Antônio Correia (Ordem do Carmo, ANRJ).
- 2 (II)- CATANHO TORRES, que segue.

- II- CATANHO TORRES, que segue. n. creio depois de 1600, C. por 1637 c. LOPES DE FARIA, que seria neta de Jácome Lopes (juiz ordinário em Santos em 1589 e 1599) vindo para a Capitania em 1559 (“Sesm.”, I, 59) e de s/m. Isabel de Dória (de Ravasco).

Pais de, ao menos:

- 1 (III)- CAP. DIOGO CATANHO TORRES, que segue.

- III- CAP. DIOGO CATANHO TORRES, n. em S. Sebastião em 1638, C. nessa vila por 1663 c. ANTÔNIA DE ESCOBAR ORTIZ, n. por 1647, fª de Francisco de Escobar Ortiz e de s/m. Inês de Oliveira Cotrim (ambos mencionados no seu testamento, em 1725). Depôs como testemunha, no Rio de Janeiro, a 25 de agosto de 1687, com 49 anos de idade, perante o Reverendo Vigário Geral, Dr. João Pimenta de Carvalho, no processo matrimonial dos justificantes Manuel de Unhate, de Santos, e de Joana de Oliveira, de S. Sebastião (com assinatura no depoimento – ACMSP).

O Cap. Diogo Catanho Torres e s/m. foram moradores em S. Sebastião na paragem da Enseada, onde viveram de suas lavouras.

Faleceu Antônia de Escobar nessa vila, viúva, com testamento (aberto a 23 de dezembro de 1725, pelo juiz ordinário, Cap. João Nunes de Freitas). Declara seis filhos, dois homens e quatro mulheres, de seu casamento com Diogo Catanho Torres. Determinou ser sepultada no Convento de Nossa Senhora do Amparo, onde tinha jazi-

go, em hábito de S. Francisco, por ser irmã do cordão, acompanhada pelas irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Apresentação, das quais também era irmã. Dispôs um ofício, no dia de seu enterramento, e missas a Nossa Senhora da Apresentação, a S. Miguel, S. Sebastião e à Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo; e o remanescente da terça em sufrágios por sua alma. Entre os bens, declarou possuir 1600 braças de terras, e oito almas do gentio da Guiné. Fez deixas a sua filha Maria de Jesus, ao neto Diogo, a Inácio Preto, seu genro, e ao irmão Frutuoso de Escobar.

Pais de:

- 1 (IV)- ANTÔNIO LOPES DE FARIA, n. por 1665, nomeado testamenteiro pela mãe, juntamente com o cunhado Inácio Preto de Oliveira.
 - 2 (IV)- MANUEL DE FARIA, n. por 1668, já falecido em 1725.
 - 3 (IV)- MADALENA DOR....A (seria Dória ou Adorna) conforme o testamento da mãe, ou Madalena de Escobar, pelo processo de habilitação sacerdotal de seu neto, Licenciado Pedro da Silva Guimarães – segue.
 - 4 (IV)- CATARINA PÁSCOA, n. por 1674, recebeu em dote de seu pai trezentas braças de terras (das referidas 1600 braças).
Existiram em S. Sebastião (ao menos) outras duas pessoas desse nome:
a- CATARINA PÁSCOA, já falecida em 1646, deixando herdeiros (INV. E TEST., XLI, 16 e 19).
b- CATARINA PÁSCOA DE OLIVEIRA, n. por 1647 ou antes, C.c. GONÇALO DA MOTA BITENCOURT, pais de, entre outros, naturais dessa vila: o Cap. Salvador da Mota Oliveira, n. em 1664, C. em Guaratinguetá c. Maria do Rêgo Barbosa, e o Cap. Pedro da Mota Pais, n. em 1665 (juiz ordinário cerca de 1718) C. na mesma vila c. Margarida Bicudo Barbosa.
 - 5 (IV)- MARIA DE JESUS, n. por 1677, recebeu duas casas de telha, doadas por sua mãe em testamento, pela terça.
 - 6 (IV)- INÊS DE OLIVEIRA C.c. o CAP. INÁCIO PRETO DE OLIVEIRA - § 2º.
- IV- MADALENA DE ESCOBAR, n. por 1670, C. c. DOMINGOS TOMÁS DA SILVA, natural de Braga. Estabeleceram-se na cidade do Rio de Janeiro onde viveram de sua chácara e de seus negócios (ACMSP).
Pais de, ao menos:
- 1 (V)- PADRE ANTÔNIO LOPES, clérigo secular.
 - 2 (V)- FREI BERNARDINO DE JESUS, religioso da Ordem de S. Francisco. Deve ser o comissário do Santo Ofício, mencionado por Pedro Taques (NPHG, II, 375).
 - 3 (V)- CATARINA MARIA DA SILVA, que segue.
- V- CATARINA MARIA DA SILVA, bat. na Sé da cidade do Rio de Janeiro, C.c. ANTÔNIO GOMES GUIMARÃES, natural da mencionada freguesia de S. João da Ponte, termo da vila de Guimarães, arcebispo de Braga, fº de Francisco Gomes e de s/m. Domingas Luís. Pais de, ao menos:
- 1 (VI)- LICENCIADO PEDRO DA SILVA GUIMARÃES, que segue.

- VI- LICENCIADO PEDRO DA SILVA GUIMARÃES, habilitado de genere et moribus no Rio de Janeiro e em S. Paulo por uma requisitória, em 1749.

Em resposta ao Muito Reverendo Vigário Geral e Provisor, tratando da condição religiosa da avó materna do habilitando, nascida em S. Sebastião, atestou o Reverendo Padre José da Silva de Moraes, vigário colado na Matriz dessa vila, que, segundo informaram as pessoas inquiridas, dignas de fé, era a mencionada avó do habilitando, Madalena de Escobar, cristã velha pelos quatro costados, sem rumor ou fama em contrário.

Juraram como testemunhas nessa inquirição, nos meses de maio e junho de 1749, em S. Sebastião, as oito pessoas seguintes (que viviam das lavouras, exceto uma, naturais e batizadas nessa vila, com assinaturas nos termos):

- 1ª- Cap. Diogo de Escobar Ortiz, viúvo, c. 74 anos de idade, parente do habilitando em 4º grau (deve ser por consangüinidade).
- 2ª- Vicente da Mota Castelo Branco, casado, c. 56 anos de idade, que vivia de seus negócios, parente do habilitando em 4º grau.
- 3ª- Cap. João Leite de Faria, c. 69 anos de idade.
- 4ª- Miguel de Escobar, c. 77 anos de idade.
- 5ª- Mateus Vaz da Silva, c. 65 anos de idade.
- 6ª- Bartolomeu da Fonseca, c. 76 anos de idade.
- 7ª- João de Araújo, c. 72 anos de idade.
- 8ª- Cap. Antônio de Faria Sodrê, c. 60 anos de idade.

§ 2º

- IV- INÊS DE OLIVEIRA, n. por 1680, C.c. o CAP. INÁCIO PRETO DE OLIVEIRA, da governança de S. Sebastião, fº de Manuel Bicudo de Mendonça e de s/m. Ana de Oliveira; n.p. de Antônio de Siqueira Caldeira (da governança) e de s/m. Ana de Góis, e n.m. de Inácio Preto e de s/m. Catarina d'Horta (S.L., IV, 330, VII, 525 e VIII, 284 e 322).

Pais de, entre outros:

- 1 (V)- TENENTE DIOGO CATANHO TORRES, n. em S. Sebastião em 1700, C.c. JOSEFA MARIA DO AMARAL, natural de Parati, fº de José Caetano, de Parati, e de s/m. Maria Barbosa, natural de Angra dos Reis. Foi juiz ordinário em S. Sebastião em 1746 (Ofícios da Câmara e Judiciário de S. Sebastião – DAESP). Deve ser o Diogo que teve uma deusa no testamento da avó, Antônia de Escobar Ortiz, em 1725; com geração.

A

ANTÔNIA DIAS, n. por 1577, faleceu em Parnaíba em abril de 1646, com testamento escrito e assinado, a rogo, pelo sobrinho Pascoal Delgado Lobo (INV. E TEST., XXXVI, 93). Determinou ser sepultada na “igreja nova”, que se construía para a matriz, e dispôs missa cantada no dia de seu falecimento ou pouco depois e missas em louvor à Santíssima Trindade e pelas almas. Conforme declarou, era filha de Domingos Vaz e de s/m. Leonor Dias, ambos falecidos. Casou-se com PEDRO COLAÇO, também já falecido, e tiveram seis filhos, todos mencionados no testamento. Parece ser Antônia Dias neta materna de Domingos Dias, o velho (n. em Portugal por 1535) e de s/m. Mariana de Chaves (n. em Portugal por 1543) e por esta, bisneta de Manuel de Chaves, n. em Moreiras, Portugal, em 1514, vindo para S. Vicente, em 1549, provavelmente viúvo e com os filhos (ou vieram os filhos alguns anos depois, casados).

Pedro Colaço, n. por 1573, deve ser filho do Cap. Martim da Costa (n. em Barcelos por 1540) e de s/m. Maria Colaço (n. por 1554) e, por esta, neta do Cap. Mor Pedro Colaço Vilela (governador da Capitania de S. Vicente em 1561/62 e de 1571/73) e de sm. Brígida Machado, esta, filha de Rui Dias Machado (juiz ordinário em S. Vicente em 1555) e de s/m. Cecília Rodrigues. O cap. Martim da Costa e sua mulher Maria Colaço são os pais do Cap. Mor Dionísio da Costa (n. por 1590) governador da Capitania de Itanhaém nos anos de 1649 a 1652 (RAMSP, LXX, 40).

Pais de (creio nascidos de 1597 em diante):

- 1 (II)- BELCHIOR DA COSTA, o único filho solteiro, em 1646, segundo o testamento.
- 2 (II)- CAP. MARTIM DA COSTA C.c. ISABEL DA CUNHA. Foi o testamenteiro de sua mãe em 1646. Em Parnaíba, a 18 e a 30 de julho de 1650, recebeu do juiz de órfãos, João Mendes Giraldo, o encargo de procurador da órfã Isabel Delgado, sua sobrinha, filha do falecido Pascoal Delgado Lobo e de s/m. Ana da Costa; assinou – Martim da Costa – (INV. E TEST., XL, 143 e 153).

Deve ser a mesma pessoa que exerceu os cargos de juiz ordinário e de órfãos em Parnaíba, em 1641 (INV. E TEST., XXVIII, 34 e 128) em 1644 (id., XIV, 175) em 1648 (id., XXXVII, 95 e 105) e em 1649 (id., XL, 9) e assinava – Martim da Costa -. Em Parnaíba, a 10 de fevereiro de 1643, servindo como curador dativo dos bens dos órfãos, no inventário de Clemente Álvares, “deu por fiador a seu irmão Balthazar da Costa” num termo de dinheiro a ganhos; assinaram Martim da Costa e Balthazar da Costa. A 20 de setembro do mesmo ano, apresentou como fiador Pascoal Delgado Lobo (INV. E TEST., XIV, 164 e 167).

- 3 (II)- GASPARD DA COSTA, casado.
- 4 (II) BALTAZAR DA COSTA C.c. MARIA DE OLIVEIRA, n. creio antes de 1610. Foi vereador em Parnaíba em 1643 (INV. E TEST., XIV, 162); assinava Balthazar da Costa. Um de seus netos chamava-se Custódio de Chaves (S.L., VIII, p. 519).
- 5 (II)- SIMÃO DA COSTA, casado.

- 6 (II)- BENTO DA COSTA¹⁷, n. por 1610, C. em S. Paulo, a 20 de fevereiro de 1640, c. JOANA DE CASTILHO, fª de Domingos Rodrigues Velho e de s/m. Luzia da Cunha; n.p. (com pequena retificação à Genealogia Paulistana, de Silva Leme) do Cap. Antônio Rodrigues Velho (irmão do Cap. Francisco Rodrigues Velho, provedor dos quintos reais de S. Majestade) e de s/m. Joana de Castilho; e n.m. de João Gago da Cunha, n. em 1572, e de s/m. Catarina do Prado (depoente João Gago nos processos de beatificação do Padre José de Anchieta, em 1622 e 1627).

B

No inventário de FRANCISCO BORGES, em 1649 (INV. E TEST., XXXIX, 87) serviu Bento da Costa (creio o mesmo acima) como procurador da viúva (segunda mulher do falecido) ANA DA COSTA, n. em Itanhaém por 1616, fª de Francisco da Costa e de s/m. Joana de Peralta (casados Francisco Borges e Ana da Costa em S. Paulo, a 17 de abril de 1636).

Declarou Antônia Dias no testamento, em 1646, que uns chãos que pertenceram a seu casal e também as partiam com chãos de Francisco da Costa (INV. E TEST., XXXVI, 96); seria essa pessoa quem casou com Joana de Peralta e irmão de Pedro Colaço (da Costa) o pai de Bento da Costa (no termo de seu casamento o pai figura com o nome de Pedro da Costa).

Francisco Borges e sua mulher Ana da Costa tiveram três filhas:

- 1 (II)- JOANA DA COSTA (OU DE PERALTA) n. em 1640, C.c. SEBASTIÃO DA COSTA GARCIA, fº de Manuel Garcia Velho e de s/m. Maria Moniz da Costa (S.L., VII, 464); c. geração.
- 2 (II)- CATARINA DA COSTA, n. em 1642.
- 3 (II)- MARIA COLAÇO DA COSTA, que segue.

- II- MARIA COLAÇO DA COSTA, n. em 1646, C.c. o CAP. ANTÔNIO DO PRADO MARTINS, bat. em S. Paulo a 25 de março de 1641, fº do Cap. João do Prado Martins, n. em 1610, e de s/m. Maria Leme de Chaves; foi o Cap. João do Prado Martins o sesmeiro do futuro rossio de Pindamonhangaba, em 1649 (DAESP) e membro da governança da vila de Taubaté, onde exerceu o cargo de juiz ordinário, em 1651, falecido em 1653 (AHMFG).

Teve o Cap. Antônio do Prado Martins quatro irmãs e dois irmãos, nascidos entre os anos de 1639 e 1652. Seu irmão, o Cap. Domingos do Prado Martins (C.c. Isabel Antunes de Miranda) serviu nessa vila os cargos de juiz ordinário e de órfãos em 1679 e 1693 (AHMFG). Faleceu Maria Colaço cerca de 1695 e casou o viúvo com Correia.

Pais de, ao menos:

- 1 (III)- ANTÔNIO DO PRADO DA COSTA, n. em 1663, era casado em 1701 com MARGARIDA BICUDO CORREIA, fª do Cap. João Bicudo Correia e de s/m.

¹⁷ Na publicação do inventário de Antônia Dias o nome do herdeiro Bento da Costa saiu transcrito, por falha paleográfica, Bartolomeu da Costa; mas, pelo exame dos originais dos autos, vê-se que o nome é Bento da Costa, sem haver dúvida (DAESP).

Maria Leme do Prado, já mencionados. Casou 2ª vez em 1738 com CLARA BICUDO MOREIRA, fª de Fernando de Góis da Costa e de s/m. Maria Bicudo Moreira, esta filha de João de Azeredo (Coutinho) e de s/m. Maria Bicudo Moreira (AHMFG); com geração.

- 2 (III)- DOMINGOS DO PRADO DA COSTA, n. por 1665, C. em 1692 c. ISABEL RODRIGUES DO PRADO, n. em 1671, fª do Cap. Luís Coelho de Abreu (juiz ordinário e de órfãos em Taubaté, em 1681) e de s/m. Bernarda Rodrigues do Prado, irmã do Padre Antônio Rodrigues do Prado, vigário de Taubaté (ACMSP).
- 3 (III)- JOSÉ DO PRADO MARTINS C.c. MARIA VAZ DE SIQUEIRA, fª do Cap. Salvador Machado Sobrinho e de s/m. Margarida Rodrigues de Siqueira (ACMSP – Processo Matrimonial de Manuel Pinto da Fonseca e outros).
- 4 (III)- JOÃO DO PRADO MARTINS C.c. FILIPA GAGO LEME, n. por 1683, fª do Cap. João Bicudo Correia, n. em 1663, e de s/m. Maria Leme do Prado (v. § 5º).
 - 1 (IV)- JOÃO DO PRADO MARTINS, n. cerca de 1707.
 - 2 (IV)- FILIPA DO PRADO, n. por 1709, C. em 1725 c. VICENTE GONÇALVES PRETO.
- 5 (III)- CAP. DAVID DO PRADO DA COSTA, n. em 1670, C.c. MARIA DE OLIVEIRA CORDEIRO (S.L., VIII, 89). Foi da governança eleita em Taubaté.
- 6 (III)- PEDRO DO PRADO DA SILVA, n. em 1680, morador em Pindamonhangaba em 1732 (DAESP – Requerimento de Sesmarias).
- 7 (III)- MATEUS LEME DA SILVA, n. por 1684, C. em 1727, nessa vila c. ROSA MARIA DA COSTA (S.L., III, 197).
- 8 (III)- BERNARDA LUÍS DO PRADO C.c. JOÃO MACHADO FAJARDO (ACMSP – Processo Matrimonial dos justificantes José Pacheco da Silva e Quitéria Maria de Escobar, 1758).
- 9 (III)- ANA DA COSTA COLAÇO C.c. JOÃO BICUDO CORREIA, o moço (ACMSP – Processo Matrimonial dos justificantes Francisco de Freitas Machado e Maria do Rosário, 1763).
- 10 (III)-MARIANA DO PRADO, n. por 1671, C. em Taubaté, em 1691 c. ANTÔNIO DA CUNHA GAGO (S.L., III, 197).